

4

A Celebração do Mesmo: Política Externa e Identidade Nacional como práticas excludentes

For Putin, who insisted on the need to rebuild a strong state, regaining Russian control over Chechnya was the sine qua non of statehood, defined in weberian terms on the monopoly of force over a given a territory.

Evangelista, 2002, p.125.

Excluir é por definição eliminar, privar alguém de alguma coisa ao afastar ou recusar algo a esse. Entretanto, para que a exclusão aconteça é necessário que quem ou o quê exclui esteja imerso em uma determinada classificação ou que esteja formando e construindo certo tipo de qualificação representativa de um modo de ser. A construção desse processo ocorre de forma a não encaixar o excluído na qualificação, o que o priva da participação e da realização das atividades prerrogativas da primeira de modo que a exclusão acontece pela ameaça que o excluído é ao excludente. Sendo assim, excluir é fundamental na delimitação das práticas autorizadas aos sujeitos de um determinado discurso ou arranjo sócio-político, e em sua própria constituição, pois assim se garante a manutenção dos excludentes como os únicos atores operantes no interior de um grupo, como únicos significantes no significado do discurso. A exclusão é então fruto da ação de um sujeito em práticas que definem a diferença como *Outro* (Rae, 2002), que não pertence a seu grupo.

No âmbito político, a questão das minorias nacionais é um exemplo que mostra como excluir é parte legítima do sujeito pertencente à categoria que autoriza as práticas de exclusão, como é o caso do Estado. Algumas ações garantidas a esse, como o monopólio sobre o uso da força em seu território delimitado, trazem a responsabilidade desse estabelecer as fronteiras do estar dentro e fora. O estabelecimento do que fica de fora está ligado à leitura do que é minoria no Estado, que é a das narrativas que permeiam e participam da identidade nacional, que necessita de reconhecimento interno e externo, e nesse último movimento mostra que a exclusão no nível estatal pode ser reiterada ou

condenada pelo sistema internacional. Só que a formação da identidade nacional não é um processo linear, assim como não o é das políticas que essa informa, como nesse trabalho é a política externa. Portanto, o que irá se buscar analisar nessa terceira etapa do trabalho é como a política externa como linguagem do internacional⁶⁹ atua como veículo de reprodução e produção da identidade nacional aparentemente abrindo para o diferente, mas na realidade sustentada por uma retórica de alteridade que multiplica e legitima a exclusão. Iremos com isso tentar perceber como no diálogo entre os Estados, essa ação política reitera, na construção da identidade nacional, a exclusão daqueles grupos classificados como minorias pelos Estados, os quais colocam estas minorias como ameaçadoras do seu status tão-somente por que a consideram parte *nele* e não parte *dele*.

Como colocado no primeiro capítulo, quando foi explicado o caráter da linguagem nesta dissertação, a diferença, na forma da alteridade, é constitutiva. Por isso, observar a importância do diferente excluído na construção do *EU* é perceber de que maneira a exclusão é legítima nas relações desse sujeito quer seja no âmbito externo, quer seja no interno, tornando a violência requisito da formação da identidade. Se nos voltarmos para a epígrafe que inicia esse capítulo e pensarmos que estava em operação uma identidade na Rússia, cuja uma das principais narrativas era a de reconstrução de um Estado forte e único, tal qual esse Estado foi ao longo do século XIX e quase todo o XX, a prerrogativa de exercer a violência no território para manter a integridade se dirige àqueles que ameaçam esse discurso, os chechenos.

A prática da exclusão se transforma em ação de sobrevivência para o Estado, mas essa necessita do apoio internacional para ser linguagem aceita nos padrões dessa arena. Ademais, precisa ser justificada como questão que diz respeito apenas ao interesse doméstico, como foi no caso da quase anulação dos direitos políticos dos chechenos e da invasão de 1994 e de 1999, a fim de não possibilitar o acionamento do princípio da intervenção humanitária, pois isso afetaria a soberania, logo a característica principal do ser Estado. O que supomos haver existido foi ter se levantado a bandeira do terrorismo para sustentar o apoio da comunidade internacional para ações, que pela conduta das tropas russas e a

⁶⁹ Termo já explicado no primeiro capítulo.

justificativa constitucional de luta contra o separatismo, estavam mais próximas daquelas de guerra civil.

As características apontadas no parágrafo anterior fazem parte do discurso e da prática política da identidade LE, na qual há um misto de idéias de democratização com o retorno ao passado áureo russo (Hopf, 2002), que foi imperial. Com isso, o fato de se ter uma república, que desde a época do Império fazia parte dos domínios russos, torna a vontade de separação ou o aumento da autonomia chechena uma ameaça à construção da identidade de uma nova Rússia, potência mundial, a partir da década de 90. A Chechênia é então a alteridade indesejada, que é transformada em diferença patológica (Rae, 2002), que no entanto é fundamental para a constituição do *Eu* russo.

Falando em império, é importante ressaltar o desenvolvido por Helen Rae, em seus estudos sobre transformar a diferença em patologia, sobre o fato de a homogeneização na história das relações internacionais ter tido leituras e narrativas diferentes antes e a partir da aceitação compartilhada da figura do Estado Nacional Moderno, cujas práticas discursivas de regulação de comportamento datam do final da 2ª Guerra Mundial. Isto significa que desde a época imperial, tanto da Rússia como de outros Estados, ocorre homogeneização dos povos. Contudo, como Helen Rae aponta, é o Estado que aparece com a função cardinal de prover segurança a seus cidadãos em um ambiente internacional anárquico desde a sua formação em Vestfália, só que as práticas discursivas que informam as normas e regras que legitimam o comportamento desses para com seus cidadãos foi sendo modificada ao longo do tempo.

Sobre isso, acredita-se que a reordenação da identidade russa, e das demais identidades presentes na sociedade internacional na dissolução do socialismo, aponta para a ampliação do espaço moral do Estado, refletida nas intervenções na Bósnia e no Kosovo, discorridas brevemente no final do capítulo anterior. Mas, como vimos por meio da formulação de política externa russa para essas situações, as práticas discursivas, que norteiam a ação do Estado como instituição internacional, entram em confronto com práticas antigas e atuais que nos mostram que a forma única de *apresentação* da identidade nacional para o externo, não é *representada* unanimemente no interior do Estado. A hipótese é que a conformação das práticas internas com as externas e as leituras que uma faz da outra se tornam possíveis graças à *retórica da alteridade* (Guillaume, 2002), que

discutiremos na seção a seguir com a chegada de Vladimir Putin ao poder como primeiro-ministro e a continuação disso com sua eleição para presidente.

4.1. Política Externa como Retórica da Alteridade

Sovereignty is negotiated out of interaction within intersubjectively identifiable communities.

Rae, 2002, p.16.

Em termos do diálogo bakhtiniano, o que vimos em uma perspectiva construtivista e normativa, é que devemos olhar para como a alteridade - o outro sujeito nos termos ideais de sua análise - atua na formação do discurso do *Eu*, visto que a prática discursiva é construída nas relações sociais desse. Portanto, se um discurso é sempre referencial a *Outros*, o mesmo podem ser as relações políticas e sociais que constituem esse *Eu*. Em outras palavras, o discurso do *Eu* deve ser entendido de forma ampla como concepção de mundo, isto é, o contexto da enunciação de uma prática discursiva é o do *Eu*, e se esse é um Estado, as práticas políticas desse são constitutivas de sua identidade, sejam essas de inclusão ou de exclusão. Isso implica que os termos usados por esse *Eu* nas práticas políticas e discursivas por ele desempenhadas indicam quando e sob quais formas ocorre a exclusão. Dessa forma, as qualificações e classificações impostas pelo sujeito estatal têm sentido em uma rede específica de significados, que podem ser transladados de acordo com os recursos culturais do mesmo, e que vão determinar a inclusão e a exclusão.

Dadas essas concepções, relembremos os fatos aos que nossa análise discursiva está ligada. No capítulo anterior, procurou-se demonstrar e construir alguns eixos do argumento da política externa como *linguagem do internacional*, a qual em sua constituição e direcionamento dilui as fronteiras entre ambiente internacional e doméstico e atua como veículo de propagação da identidade do Estado. Essa identidade nacional é formada na intertextualização do contexto do Estado emissor e do Estado receptor, sendo ambos interlocutores nesse processo. Tal qual um diálogo em termos bakhtinianos⁷⁰, a política externa é relacional e ocorre na interpenetração do doméstico e do internacional e a ação que o Estado dirige aos outros sujeitos dessa prática discursiva em uma determinada situação

reflete não só a idéia sobre esses, mas também a leitura de situações já vividas pelos mesmos, além da leitura dos *Outros interiores* à sua formação. Como apontado, há um *Outro exterior*, um *Outro interior* e um *Outro histórico* presentes na constituição do *Eu*.

Tomando a linguagem e a cultura que informa e que é informada por essa, pode se dizer que há várias narrativas que permeiam os Estados, as quais se constituem em identidades interiores, que vão ter leituras diferentes sobre o internacional e sobre a constituição doméstica do Estado. Isso resulta em diversas linhas ou formas de se articular a política externa e os interesses por essa difundidos, derivadas de concepções de mundo, as quais além de serem instrumentos utilizados para se entender melhor como os Estados concebem suas atividades, são bases que tornam, em certas situações, algumas ações possíveis e outras menos prováveis.

Conforme demonstrado, os *Outros internos* são excluídos da prática discursiva da política externa na medida em que a associação que se faz desses nas ações dirigidas aos é negativa ou justificativa para ações de violência política e acaba por definir ainda mais os limites do que está dentro e fora da apresentação e da representação do Estado. Aqui entra a suposição de que a bandeira do terrorismo acaba servindo a outros fins difundidos pela política externa. Baseando-nos na suposição de que a política externa é um discurso calcado na identidade que sobressai na representação nacional do Estado em um determinado momento, crê-se que a associação com o terrorismo é uma prática excludente reforçada pela forma dialógica, que é um pressuposto da construção da própria política externa, e espera-se mostrar como houve esse movimento.

A intenção é discutir como a política externa pode funcionar como uma prática dialógica excludente pelas considerações percorridas no primeiro capítulo sobre a *exaustão do sujeito* e a *linguagem do internacional*, aplicadas às ações internacionais russas a partir de agosto de 1999, quando data a segunda invasão chechena, até o fim de 2001, quando a política internacional como um todo passou a ser influenciada pelos ataques terroristas do 11 de setembro nos EUA⁷¹.

⁷⁰ Para essa definição, ver capítulo 2.

⁷¹ Não retomaremos os conceitos extensamente discutidos no primeiro capítulo de exaustão do sujeito e de linguagem internacional, salvo nas interpretações e análises das práticas discursivas russas e na implicação que os mesmos tem para nossa discussão em nível teórico.

Acredita-se que nesse período os acontecimentos internacionais permitiram a repressão mais austera na República Ingushe-Chechena. Isso ocorreu no sentido de que a política externa russa se aproximou da idéia de luta contra o terrorismo e acabou por se apropriar do termo internacional para justificar suas ações na Chechênia pela ameaça à construção não da identidade dominante na época, mas pela ameaça à soberania de todos os Estados, enquanto instituições políticas, como o que ocorreu nos EUA. Neste capítulo, começaremos a reconstruir os fatos que sustentaram essa associação no interior da sociedade política russa, e na associação disso com o internacional, para que na conclusão que segue essa parte da dissertação possamos terminar de construir nosso argumento da exclusão pela política externa, principalmente, após o 11 de setembro de 2001.

A fim de sustentar essa hipótese, vale lembrar que, de acordo com Bakhtin, um pronunciamento responde a outros pronunciamentos em um movimento que mostra que a prática discursiva é sempre *heteróloga e referencial*. Esse movimento é reflexo das relações existentes nas práticas sociais, as quais são relacionais, que nos mostram que a linguagem utilizada nas mesmas é fruto da realidade complexa e justaposta que faz com que termos, palavras e os próprios discursos como um todo, adquiram sentido nesse relacionamento ou em resposta aos mesmos. Diz-se isso por que quando falamos das ações de política externa russa a partir da dissolução da URSS e de uma parte de sua trajetória nos anos 90, quando ocorreram nos Bálcãs os conflitos da Bósnia-Herzegovina e do Kosovo, percebe-se que essas são formuladas de maneira a demonstrar uma determinada constituição da identidade nacional. Essa, considerada uma prática discursiva, interpreta as situações externas à luz de questões domésticas e da incorporação de conceitos internacionais tais como a não-intervenção e a soberania, com o objetivo de justificar o lugar da identidade russa na sociedade internacional e na própria Federação Russa, que culturalmente não é apenas a Rússia.

Sendo assim, nessa parte da análise partir-se-á para o entendimento de como o *Outro interior*, a Chechênia, e os conflitos com esse contribuíram para a construção da identidade russa de 1999 a 2001, período que compreende a chegada de Vladimir Putin à presidência da Federação Russa e, acredita-se, uma nova forma de inserção desse Estado na linguagem do internacional. Supõe-se que nesse período pode se enxergar a exclusão que a política externa reiterou ao propagar a identidade nacional de acordo com as normas de legitimação do

comportamento do Estado no ambiente internacional. De acordo com o explicitado no capítulo 3, a idéia é a de que há uma narrativa que se sobrepõe às outras em um determinado momento na política doméstica de um país e que essa é calcada em uma prática discursiva de *dupla leitura*, que é a *soberania* (Ashley, 1988). Dupla leitura por que para uma identidade representar o Estado há que se conciliar a legitimidade doméstica com a internacional. A questão para nós é que essa leitura leva à associação das ameaças internas à dupla legitimidade às ameaças à ordem internacional pela via do terrorismo.

É importante ressaltar que o suposto terrorismo checheno na Rússia não é o foco da análise, embora seja a imersão na prática discursiva de combate ao mesmo uma ponte para o entendimento de como a política externa russa contribuiu para a formação da identidade nacional com o governo Putin a partir da relação com esse *Outro interior*. Em relação à exclusão perpetrada pela violência política no período de governo desse líder, seja pela força, seja pela própria representação política, nada estava descartado para manter a identidade do Estado russo. Nessa época, que permanece hoje, como em outras da história dessa nação, isso significava a manutenção do território, não permitindo que a dissolução da URSS transformasse suas antigas regiões e repúblicas em fronteiras internacionais, pois isso comprometeria o próprio contorno internacional russo, logo sua identidade nacional. Isso traz uma questão incidental, muito embora de relevância para nós, que é a da *identidade nacional fincada ao território*, o que exacerba a definição de minorias, seu deslocamento e violência justificada contra as mesmas. Nas palavras do recém-empossado presidente Vladimir Putin em março de 2000:

I had already decided that my career might be over, but that mission, my historical mission – and this will sound lofty, but it's true – consisted of resolving the situation in the North Caucasus...I have a little time – two, three, maybe four months – to bang the hell out of those *bandits*⁷². Then they can get rid of me”
Vladimir Putin, março de 2000 (Evangelista, 2002, p.63).

Ao observar esse discurso de Putin, percebe-se que os chechenos, assim como todos aqueles pertencentes às regiões do Cáucaso Norte, tais como a Abkhazia e a Tartária, sofriam discriminação por parte dos russos. Os rebeldes

⁷² Ênfase da autora da dissertação.

eram tachados de bandidos, e não só eles, como todos os civis chechenos acabaram sendo vistos dessa forma pela população russa. Essa, cabe lembrar, não estava presente só na Rússia, mas em quase todas as regiões, repúblicas e sujeitos políticos da Federação, sendo uma das maiores diásporas da região com o adendo de que não se considerava como tal, mas sim como ocupante do próprio território (Kolsto, 1999).

Portanto, a cultura nacional da Federação, aquela que estava em predominância, nessa situação por maioria mesmo é um ponto fundamental para nossa análise, já que a presença desse repertório fortalece e autoriza as ações de violência política. Na Rússia, como o presidente e o poder Executivo que representa seus interesses e o dos grupos que o sustentam têm mais poder que os outros poderes, a aprovação da população que o escolhe para as ações de repressão, como é a guerra, é imprescindível e, nesse caso, as práticas discursivas desses atores intencionalmente se aproveitam dos recursos culturais ao longo do tempo para consolidar seus atos como legítimos.

Outra questão de destaque para fazermos uma análise calcada em práticas discursivas é tomar a *cultura* como prática social multifacetada, como movimento complexo e cambiante (Featherstone, 1995), que muda de acordo com os movimentos dos grupos e indivíduos e que acaba se adaptando às mudanças que perpetraram ou não, o que pode levar à criação de novas práticas discursivas, que são, dessa forma, contingentes. Por isso, acredita-se que a possibilidade de as identidades políticas se tornarem pronunciamentos legítimos são consequência não só de interesses, mas também de se ter um ambiente social e cultural, tanto no passado como no presente, que tenha permitido que alguns discursos políticos fossem aceitos e tornassem esses interesses possíveis, e isso depende não só da estrutura social, mas também dos atores e da inter-relação entre as várias estruturas e os vários atores, tal como nos chama não só a vertente construtivista, mas também a pós-moderna - guardadas as suas diferenças - como nos coloca Walker:

Thus the significance of the concept of culture in the analysis of contemporary international relations is not that it offers a convenient category of socio-scientific explanations, or a convincing account of human nature, or a helpful classification of the difficult forms of human practices there have been. Rather it hints at all the uncertainties of modernities, and at a multitude of struggles - on the grounds of tradition or postmodernity, of gender, race, religion and ethnicity, or socialism

and capitalism, of the *Other*, of the future, of the local community, of the state and of the planet - to reconstitute the conditions of human existence in the face of tremendous structural transformation (Walker, 1991, p.12-13).

É nesse ponto que entra a *heterologia* do Estado e o fato de as práticas discursivas serem relacionais e dialógicas em sua concepção e construção e em sempre estarem se referindo a uma só forma de estrutura política, e sim a vários processos de transformação e consolidação de identidades, que ocorrem concomitantemente. As práticas discursivas são influenciadas ao mesmo tempo em que influenciam a *cultura política* fazendo com que o diálogo seja exclusivo de alguns sujeitos que não encontram respaldo no ambiente que informa a primeira, de maneira a autorizar aqueles que são parte dessa mesma cultura a os excluïrem.

Levando-se em conta algumas vertentes teóricas que analisam a identidade dos Estados, a despeito da teoria crítica que também leva em conta os aspectos culturais dos grupos que produzem conceitos e conhecimentos, entre os quais pode se estar o Estado, a maioria deixa a cultura de lado na construção da mesma. A cultura acaba sendo considerada uma hipótese auxiliar para o entendimento da organização dos Estados e da política e para explicar o porquê de haver a *homogeneização patológica*. Contudo, concordamos aqui com o argumento de Helen Rae de que a leitura do outro, desmembrado aqui em *Outro exterior* e interno, está vinculada à cultura a qual a elite que governa um determinado país está ligada, e isso é contingente, pois as formas como essas elites se legitimam e consolidam suas práticas discursivas diferem.

As estruturas culturais e as estratégias usadas dentro das culturas políticas por essas informadas são fundamentais na construção das identidades coletivas e, inclusive, das identidades nacionais. Tomando as identidades discursivas que usamos a partir do argumento de Hopf⁷³ é como se essas fossem identidades corporativas que vão informar a cultura política e trazer uma forma específica de leitura do Outro interno que desafia seu domínio, que justificará a homogeneização. Por essa visão que se tem do que são as identidades corporativas que o argumento de Wendt não é adequado nessa análise, pois as identidades corporativas aqui podem representar práticas discursivas diferentes ou pelo menos com leituras diferentes da lógica presente na sociedade internacional, que é

cambiante por ser cultural, que é o quê esse autor usa para justificar a homogeneização das identidades corporativas. Wendt também coloca que há variações na identidade dos Estados de acordo com a cultura do internacional que varia de hobbesiana, a lockeana e a kantiana (Wendt, 2003). Contudo, essa é uma imagem advinda do resultado da interação para dentro e não das particularidades de cada identidade corporativa, que se sobressai em meio à heterologia, por se legitimar nos discursos do Estado enquanto domínio doméstico e ordem normativa internacional (Rae, 2002).

Qual seria a relevância disso em termos de política externa? Considerando essa linguagem do internacional, a cultura política que a informa tanto no doméstico e, principalmente, no internacional, faz com que exclusão ocorra não só por essa já ter definidos os sujeitos de sua ação, mas por “decidir” quem são os objetos a serem violentados. Na prática, há uma retórica, no sentido de se produzir um discurso específico para os Estados - Estados sujeitos de política externa - em seus próprios termos e que seja eloqüente o bastante para o convencer, de forma a fortalecer e a garantir que os sujeitos tenham sempre o mesmo contorno corporativo.

Nessa linguagem do internacional, os limites éticos de ação, os quais os Estados estão isentos de cumprir para a manutenção de sua própria segurança, pois apenas esses têm o monopólio sobre o uso da força e decidem qual o estado de exceção para aplicá-lo, reduzem-se aos sujeitos que têm voz, isto é, aos próprios Estados. Ser a voz da identidade nacional na linguagem do internacional permite que a política externa equalize as ameaças pela associação entre seus sujeitos e legitime ações internas, que isoladamente do contexto de enunciação internacional poderiam ser consideradas inaceitáveis pela comunidade política internacional, que reconhece o Estado praticante da violência como membro respeitoso das leis internacionais, logo como seu membro. Na análise que se faz, sugere-se que é justamente esse tipo de movimento que autoriza e oferece o repertório para que a Rússia atue como atuou com os chehenos, a partir da segunda fase da guerra em 1999.

Nesse caso, a repressão do Outro aparece como afirmação do *Eu* na retórica da alteridade da política externa calcada na ampliação dos sentidos da soberania.

⁷³ Ver capítulos 2 e 3.

Utiliza-se a linguagem da política externa para se definir como parte da comunidade política internacional que se calca no princípio da soberania, sejam quais forem os sentidos impetrados por essa. Quem não se inclui nessas práticas, como por exemplo, aqueles que não se incluem na luta contra o terrorismo e na interdependência, integra-se como parte da anarquia. É sob a proteção dessas práticas discursivas que os Estados se previnem das formas mais diversas para preservarem a sobrevivência de sua identidade na comunidade política internacional, enquanto a identidade da elite doméstica que tem o domínio legítimo domesticamente pode utilizar a força contra os Estados.

A confluência entre interno e externo, presente e originária da identidade sob a perspectiva construtivista orientada pelas regras, pode ser vista nas duas faces do Estado Nacional Moderno. O Estado é o governo que se legitima internamente como ordem normativa, o que implica no reconhecimento dos demais membros dessa ordem, os quais por sua vez dependem da aprovação dessa comunidade política para terem lugar nessa ordem (Rae, 2002). Essa instituição é construída e unificada por esses discursos, e as identidades que operam em seu interior realizam a exclusão daquelas outras estranhas à forma pela qual esses se impõem internamente pela *homogeneização patológica*. Por meio dessa, expurga-se os demais discursos que ficariam fora dos contornos dessa, trazendo a unidade do significado da identidade do Estado e a legitimação de sua autoridade pela criação de uma população ostensivamente unificada pela transformação do Outro interno em diferença que pode ameaçar a sobrevivência da identidade corporativa no governo, garantindo a ação da comunidade política, que expelle quem dela não faz parte. Nas palavras de Rae, essa confluência de regras internas e normas internacionais já ocorre desde o aparecimento da regra normativa do Estado Absoluto Moderno em Vestfália:

(...) the very existence of a group with distinct corporate identity was perceived as a threat to the integrity of the absolutist state and a challenge to the legitimacy of absolutist rule, and they were targeted for repression of their collective identity. (...) At its most extreme, the national principle can be interpreted to justify an absolute conception of sovereign identity which claims that the sovereign state must be exclusively of and for a particular nation (Rae, 2002, p.8).

Além disso, pode-se dizer que o Estado define esse grupo como objeto da violência e também sob quais termos essa seria perpetrada. Essas ações

deperderiam da leitura que se tem desse *Outro* como ameaça ao governo e a possibilidade de torná-lo ameaça para toda a ordem normativa. Movimentos desse tipo se relacionam à idéia exposta de a Rússia levantar a bandeira do terrorismo para lidar com problemas domésticos, que seriam difíceis de se justificar a violência contra se assumidos como questões interiores⁷⁴.

A fim de verificarmos essa leitura, retomaremos a linha temporal na qual paramos, que foi a intervenção no Kosovo em março de 1999 e a segunda invasão⁷⁵ na Chechênia em agosto desse mesmo ano, para observar a associação dessa última ação com a política externa. Para isso, utilizar-se-á alguns discursos oficiais de Vladimir Putin, primeiro-ministro até março de 2000, e depois presidente, e de Igor Ivanov, na época ministro das Relações Exteriores. A análise não cobrirá todas as ações de política externa do período, pois a escolha se limitou aos assuntos referentes ao conflito russo-checheno e a associação disso com os ataques terroristas de setembro de 2001, assim como com a política doméstica, tal qual ocorreu com as eleições à presidência em 2000.

A forma usada para analisar os discursos de política externa russos será considerá-los com um *pronunciamento no sentido Bakhtiniano*⁷⁶, isto é, sua forma e conteúdo vão estar sempre respondendo a outros discursos de outros sujeitos e a seu próprio passado. Dessa forma, poderemos observar como dentro do contexto das práticas discursivas internacionais, para nós relacionadas ao terrorismo, o discurso de política externa russa serviu à propagação de uma só identidade por meio da categorização externa aos próprios categorizados, em uma *epistemologia do Outro*⁷⁷. Acredita-se que pela reificação dos *Outros interiores* em categorias que buscamos perceber em palavras como rebeldes, terroristas e bandidos, todos os chechenos acabaram sendo reduzidos à mesma classificação, justificando a ação violenta contra civis e em massa, não só física, mas também no âmbito da representação política, tanto

⁷⁴ Ver página 2 deste capítulo.

⁷⁵ Note que usamos invasão e não intervenção por que como parte de uma federação, a Chechênia não poderia Ter sofrido as incursões que sofreu sem a aprovação de todo o Conselho da Federação, além da Duma. Contudo, a incursão russa ocorreu por ordem direta do Kremlin, sem consulta, o que evidencia que o sistema político federativo na Rússia não permite a autonomia de suas repúblicas, pois no início não era um conflito separatista e, sim, vontade de maior autonomia.

⁷⁶ O pronunciamento, como destacado no capítulo 1, é o conjunto de vários discursos, emitido por um sujeito, mas que corresponde à realidade social em que vive, a do receptor, a de seu passado. De maneira mais ampla, é a linguagem no sentido bakhtiniano, é a parte que representa a natureza da linguagem, segundo esse autor.

por meio das próprias tropas russas, como pela falta de proteção a esses cidadãos da comunidade internacional, os quais só poderiam ter esse status se aceitassem cidadãos da Federação Russa⁷⁸.

Nessa seção, buscar-se-á mostrar as ações de política externa russa no período que delimitamos – agosto de 1999 ao fim de 2000- que se relaciona ao conflito checheno. Na medida em que as situações forem colocadas, entremeadas com os discursos de Putin e Ivanov, iremos esboçando as reações internacionais e a como isso estava ligado à questão da retórica de alteridade como forma de associar os fatos à perspectiva teórica apresentada no primeiro e em parte do segundo capítulo. Primeiro, far-se-á uma pequena recuperação do discutido, passando ao cenário russo, às discussões teóricas e sua conseqüente ligação com o ambiente internacional.

O terceiro capítulo dessa dissertação buscou mostrar que os caminhos que levaram ao fim da Guerra Fria ocorreram em paralelo à reordenação da identidade russa que passou a ter nova tônica interna com os acontecimentos mundiais, ao mesmo tempo em que expressava uma nova identidade externamente. Esse movimento foi notado através das ações de política externa a partir da revogação da doutrina Brezhnev por Gorbachev e, já com o conflito capitalismo-socialismo encerrado, com o posicionamento russo frente aos conflitos na Bósnia e no Kosovo, ambos com intervenções internacionais que vieram a mostrar campos novos de atuação para o espaço moral do Estado. É importante ressaltar esse aspecto, porque como veremos a frente isso tem papel crucial nas ações de política externa russa.

Na década de 90, a Federação Russa passou a incorporar valores tais como *o respeito à soberania* aderindo ao *princípio da não-intervenção em assuntos domésticos*, além da inserção no mercado internacional e nas instituições internacionais responsáveis por temas como cooperação econômica,

⁷⁷ Ver capítulo 1.

⁷⁸ Note que a discriminação é tão enraizada culturalmente em relação às minorias pela identidade russa, que ainda na época da URSS, ou seja, pela leitura do Outro Histórico, havia uma divisão entre os cidadãos. Havia os *ruskies*, os russos de verdade pertencentes à República Russa, centro do governo socialista, e os *rossianes*, que eram a periferia de Moscou, os não-russos, espécie de cidadãos pela metade no reconhecimento cultural. Na verdade, essa classificação data ainda do Império Russo nos séculos XVIII e XIX (Neumann, 1996).

desenvolvimento e democracia, além da aliança na área de segurança⁷⁹, com o intuito de respaldar a *recentralização* na Federação Russa, ameaçada por conflitos separatistas. A decisão por essa linha de conduta foi difícil e conflituosa internamente, como vimos para o caso da Bósnia e do Kosovo, mas aos poucos a comunidade política russa entendeu que para preservar ou reconstruir a imagem de grande potência era importante que não atrapalhassem as ações internacionais, o que certamente poderia influenciar negativamente a visão sobre seus feitos militares na Chechênia. Na realidade, mesmo os políticos mais conservadores, próximos da identidade do *NSR*, entenderam que com as novas práticas discursivas que surgiam no internacional, algumas leituras e narrativas mais radicais teriam que ser abandonadas sob pena de que a permanência no passado poderia corroborar a visão de que a dissolução da URSS não tinha acabado e que o processo estava apenas tendo continuidade na Federação Russa. No início da década de 90 a idéia de preservação da identidade nacional reproduzida na política externa estava ligada à maneira de lidar com o *Outro exterior*.

In other words, if the Russian state should disregard those developments in Western political and economic models which translate into a consolidation of Western hegemony and superior Western military capabilities, and should instead give priority to another path of development, the price may be further international marginalisation. Indeed, the Bolshevik state went for exactly such an anti-hegemonic strategy, and it ended in tears: it was probably the insight that the state's economic base could not sustain the concurrent level of political and military activity which made Gorbachev call off the state's anti-hegemonic strategy and go for some kind of accommodation to Western hegemony (Neumann, 1996, p.204).

Esses aspectos apontados por Neumann, ressaltados aqui quando falamos da dissolução e da aproximação com a Europa são relevantes para nos mostrar que as identidades dos Estados mudam junto com suas práticas discursivas, assim como mudam as práticas discursivas internacionais, e a leitura que se faz dessas.

⁷⁹ Nesse aspecto, está incluída a ratificação do Tratado Estratégico para a Redução de Armamentos (START II, sigla em inglês) em 14 de abril de 2000 pela Duma, no governo de Vladimir Putin. Esse acordo foi sobreposto pelo SORT, sigla em inglês, sobre redução de armamentos ofensivos, discutido em novembro de 2001, pelos presidentes Putin e Bush, e assinado na Cúpula de Moscou em 24 de maio (observe que tudo isso depois do 11 de setembro, que pode não ter sido a causa, mas uma grande influência). Outro ponto relevante foi a aproximação cada vez maior da União Européia em acordos via Organização para a Cooperação e Segurança Européia, vinculando o caminho para a democratização russo a questões de segurança. (Wikipedia, 2005, Disponível em: <http://en.wikipedia.org/wiki/SORT>)

Isso, no caso da Rússia, já é a construção de uma nova identidade a partir de dados que a ameaçaram e que fazem com que no início dos 90, o discurso do Ocidente penetre na Federação a ponto de essa começar a se colocar como Europa, como já ocorrera em outros momentos do passado, e acredita-se que a absorção dos princípios veio pelo temor ilustrado na citação.

Contudo, ao longo da década de 90, a construção dessa nova prática discursiva no movimento de aproximação com o Ocidente mostrou que não era tão simples e direta assim. O que se percebe é que a aproximação não se reduziu à inserção internacional pelo fato de que o conflito por como manter a centralização da Rússia acontecia dentro da própria comunidade política doméstica, que embora compartilhasse de princípios tais como a manutenção da integridade da Federação, divergia nas associações e formas de realizá-las. Isso se destaca no período entre a primeira e a segunda guerra chechena, no qual Boris Yeltsin renunciou ao cargo de presidente.

Além dessa *interação* entre a Rússia, a Europa e mesmo os EUA e desses com o ambiente internacional, configurado de forma bem diferente do que nos dez anos anteriores, há na política externa observada pelo recorte teórico da tal qual Roxanne Lynn Doty chama a atenção, há o fator de *representação* que pode haver, a despeito da inter-relação entre atores e estrutura (Doty, 1997). Os exemplos do capítulo passado mostraram que nas ações relacionadas aos Bálcãs, houve dissuasão entre a identidade política mais ligada ao Ocidente, reunida no discurso do *NWR*⁸⁰, e aquela que buscava preservar a identidade única russa reunida no discurso centrista da *LE*, que acabou saindo fortalecido desses acontecimentos, apontado para processos de *intertextualização*.

As divergências são as que dão origem às ações variadas de política externa, que nem sempre correspondem à continuidade de uma política de Estado, e que mostram que são muitas as narrativas que operam no interior da comunidade política, sendo que algumas não encontram respaldo de representatividade, visto que não correspondem às práticas políticas dessa comunidade. Nisso, inclui-se o Outro interior, que precisa ser transformado em um conteúdo ilegítimo pela

⁸⁰ Ver capítulo 2, quando são explicadas as características do Novo Russo Soviético (NSR), do Novo Russo Ocidental (NWR) e do Liberal-Essencialista (LE). Todas as siglas em inglês nas terminologias criadas por Ted Hof, de New Soviet Russian, New Western Russian e Liberal Essentialist, respectivamente. (Hopf, 2002)

comunidade política do Estado a fim de que essa possa representar as funções de um sujeito soberano e justo, como é o caso da Rússia com relação a Chechênia até os dias de hoje. Como Helen Rae aponta, a construção das categorias do *insider* e do *outsider* se dá na interação dos agentes e das estruturas culturais nas quais esses atuam, que por seu turno modificam os agentes. O processo de transformação da diferença em Outro ocorre nessa interação social e uma vez que um grupo é colocado na categoria de outsider – nessa discussão o *Outro interior* – ou está fora dos padrões de comportamento do grupo que diz o que é legítimo, sua exclusão da comunidade política é certa (Rae, 2002, p.11). A fim de observar a exclusão, é necessário atentar para as formas de representação na comunidade internacional que indicam essa falta de apresentação política.

O ponto que temos para acrescentar a essa análise é só que o *Outro* pode estar fora das fronteiras do Estado também, como é o terrorismo, e que pode haver associação desse com o Outro interno exatamente pelas práticas discursivas internacionais, que a autora aponta como os mecanismos que podem permitir a violência ou não, por meio dos processos de intertextualização. Aqui não se trata apenas de punição, mas de que um veículo como a política externa pode reiterar a exclusão na construção da identidade do Estado, na medida em que enfatiza o respeito à diferença em suas relações, sendo que na verdade impõe limites a essa diferença pelo o que inclui positivamente nas relações sociais internacionais, como *linguagem do internacional*.

Da mesma maneira que as normas internacionais podem impedir tais atos, podem também reforçá-los, e é esse o ponto em que a política externa se conforma como *retórica da alteridade*. Essa virada na linguagem do internacional é permitida pelas próprias bases nas quais está sustentada, pois no caso da Rússia, por exemplo, flexibiliza-se a política externa para se aproximar dos Outros externos e, dessa forma, a dupla leitura da soberania se consolida transformando o discurso da cooperação multilateral e do desenvolvimento dos povos em vocabulário permitido somente aos Estados.

A maioria política, apresentada e representada pelo Estado como ordem normativa internacional consolidada, define as minorias e se exaure como único tema da linguagem do internacional ao mostrar que a ética da política externa se aplica apenas ao semelhante. A despeito da ampliação do espaço moral do Estado, que ainda no exemplo russo, limitou-se à absorção do que era a ordem

representativa apenas para o externo, o mesmo continua a ser celebrado ainda que haja a perspectiva de se incorporar mudanças. Então, trata-se de perceber como os limites internacionais se impunham à Rússia, de observar como esse Estado queria se impor nessa ordem normativa e, por isso, a escolha pela análise discursiva da política externa de acordo com todas as definições que atribuímos a essa ao longo dos capítulos 2 e 3.

Em 1999, o cenário político russo foi permeado por alguns acontecimentos relevantes, tais como as eleições parlamentares da Duma e a renúncia de Boris Yeltsin, em 30 de dezembro desse mesmo ano. Aliás, isso foi resultado dos processos de sobreposição de identidades políticas no interior do Estado, resultando em disputas políticas, que em última instância levaram à reativação do confronto na Chechênia e ao maior desgaste da imagem de Yeltsin.

O período entre guerras na Chechênia é marcado pelas eleições em 1997, nas quais o povo escolheu o general Aslan Maskhadov com 59.3 por cento dos votos para ser o presidente, especialmente por suas tendências moderadas, o que agradava Moscou e os parceiros internacionais como União Européia e Estados Unidos. O processo político foi inclusive monitorado pelo Escritório para as Instituições Democráticas e os Direitos Humanos (ODIHR, sigla em inglês) da Organização para a Cooperação e Segurança Européia (OSCE) que em seu relatório destacou que as eleições tinham ocorrido no marco da legitimidade e da democracia, tendo o chefe da missão a classificado como movimento político exemplar e livre. O porta-voz de Boris Yeltsin disse que o presidente estava satisfeito com o resultado e acrescentou que ele acreditava que a eleição de Maskhadov representava uma possibilidade de mudança de relações com a República –o que não ocorreu - ainda que a separação continuasse inconcebível (Evangelista, 2002, p.48).

O resultado na Chechênia evidenciou a existência da heterologia na Rússia, pois alguns setores que correspondiam a narrativas específicas, como era o caso da militar, despertaram restrições quanto à figura de Maskhadov. O comandante designado pelo Ministério do Interior para a proteção da Chechênia, Salman Raduev, por exemplo, não aceitou o resultado das eleições. Ele insistia em que o presidente checheno Dzhokar Dudaev, ícone da resistência na primeira guerra, ainda estava vivo e que só ele poderia designar o cessar-fogo e não Aslan Maskhadov. Soma-se a isso a questão problemática de que além da pressão pela

parte russa, o novo presidente também sofria a pressão dos muçulmanos para adotar o Shariah islâmico⁸¹ e, assim, reduzir seus próprios poderes, transformando efetivamente a Chechênia em um Estado islâmico. Essa situação de indefinição na Chechênia continuava a gerar conflitos no Kremlin e as tropas russas continuavam a guerra na fronteira, o que deteriorava ainda mais as condições sócio-econômicas da República, que embora possuidora de petróleo e sendo rota de distribuição do produto vindo de outros países do Cáucaso Norte para a Europa, tinha uma infraestrutura econômica precária e não era auto-suficiente em abastecimento de alimento, por exemplo. Nas palavras de Evangelista:

In early 1999 a number of russian observers became alarmed at the deteriorating situation in chechnya and the Yeltsin administration's apparent complacency. In mid-january Alexandr lebed, the retired general and former Security Council secretary who brokered the agreement that ended the war, issued a warning to the press. He predicated another war if Moscow failed take action to bolster Maskhadov. Forces opposed to the Chechen president, argued that Lebed, are 'ready to start an armed insurgency at any moment'. As one reporter described, Lebed also blamed Moscow for not having taken advantage of the opportunity offered by the peace agreement that he and Maskhadov signed in late August 1996 to stabilize the political and economic situation in Chechnya and the neighboring North Caucasus republics. A few days later, Valentin Vlasov, the presidential envoy to Chechnya who had survived more than six months in captivity there, issued a similar judgement. He faults the Yeltsin judgement for not having provided more economic and political support to Maskhadov in accordance with the may 1997 agreements. He specifically criticized the Russian president for inadequately monitoring his government's implementation of agreements (Evangelista, 2002, p.50).

Sendo assim, a vitória de Maskhadov, que trouxe inicialmente a esperança de construção de paz duradoura, acirrou os conflitos entre as narrativas internas, o que favoreceu a continuidade do conflito, mesmo que em momentos esparsos. Em fevereiro de 1999, Maskhadov reconheceu a derrota da boa convivência e, sob a pressão do comandante militar checheno Shamil Basaev, dissolveu o parlamento e a autorizou a implantação e a aplicação do Shariah islâmico na República Chechena da Ichkeria. Como Yeltsin, quando ratificou o acordo de Khasavyurt em 1996, ele fez isso como tentativa desesperada de evitar o confronto aberto com a oposição e instaurar a instabilidade política. Ainda com esses esforços, a percepção russa foi a de que ele teria violado a Constituição, pois a Chechênia não era totalmente autônoma e, portanto, estava violando os acordos e isso foi motivo

⁸¹ De maneira resumida, trata-se das leis islâmicas que regulam o comportamento social e

para aqueles mais a favor de reativar o conflito iniciarem pequenas ações na Chechênia.

Com isso, as disputas políticas para o reinício do conflito da Chechênia se instauraram no Kremlin e se reverteram para as disputas de quem iria ocupar o cargo de primeiro-ministro, pois quem fosse exercer tal função deveria saber lidar com a questão chechena, que era o principal assunto de Estado, pois dela dependia a credibilidade do governo Yeltsin. Por essa razão, em 1999, Yeltsin nomeou três primeiros-ministros, a começar pelo ministro do Interior, Sergei Stepashin, que substitui em maio Yevgeny Primakov, que era mais favorável ao consenso do que a ação militar, embora fosse um ex-agente da KGB (polícia secreta soviética). A política de estratégia, embora de comedimento, de Stepashin, que não concordava com uma segunda guerra chechena e insistia no apoio ao presidente checheno legalmente eleito, o levou a ser substituído em agosto de 1999 por Vladimir Putin, ex-chefe do Conselho de Segurança da Federação e do Serviço de Segurança (FSB), antiga KGB. Segundo o próprio Stepashin, a segunda invasão começou a ser arquitetada nesse momento, pois os enviados russos a Chechênia acreditavam que a invasão seria a solução para a pacificação e domínio sobre a região, ou seja, antes de a justificativa para a ação - os bombardeios aos apartamentos russos - ocorrerem em agosto de 1999. Conforme as palavras de Stepashin, citadas por Michael Evangelista:

In relation to Chechnya I can say the following. The plan for active operations in this republic was worked out starting in March 1999. And we planned to move to the Terek in August-September. So this would have happened even if there had not been explosions in Moscow. I actively conducted work on strengthening the borders with Chechnya, preparing for an active offensive. Thus Vladimir Putin did not discover anything new here. You can ask him himself about this. He was at that time the director of the FSB (Federal Security Service) and had all of the information (Evangelista, 2002, p.61).

Na realidade, a perspectiva de Evangelista, ressalta um ponto muito comum entre os que analisam a política soviética para a segunda invasão chechena: a de que a mesma ocorreu como continuação da primeira, embora com particularidades que a fizeram ser uma ação própria da ascensão de um discurso político novo na Rússia e da consolidação da identidade *LE*, que o pronunciava no poder. Levando

político dos cidadãos na esfera pública e privada.

em conta o caráter múltiplo do pronunciamento, é claro que o legado das instituições políticas bem definidas da época soviética, que se reflete nas formas de formulação política, principalmente as políticas de Estado, como é o caso da política externa, influenciou essa identidade para as ações na Chechênia e seus custos relativos para a identidade que reproduziam externamente. Soma-se a isso o contexto histórico da Chechênia marcado por políticos oportunistas, sua localização estratégica em termos de produção e transporte de petróleo e o fato de que a identidade *LE* tinha a preocupação de que a independência dessa República pudesse levar a quebra da Federação (Evangelista, 2002; Hopf, 2002). A ponte para a idéia de reprodução e produção da identidade nacional pela forma como esse conflito foi transpassado ao internacional tem como chave essa questão.

Outra questão importante é que a administração de Yeltsin, mesmo anteriormente às três trocas de primeiros-ministros em 1999, nunca encontrou contexto favorável na Chechênia para lidar com as reivindicações por autonomia, o que as transformou em reivindicações por independência em 1994 e em 1999. Entre a retirada das tropas russas em dezembro de 1996 e a retomada do confronto em agosto de 1999, a situação na República só piorou, mesmo depois da chegada de um moderado no poder, como foi mostrado com a eleição de Maskhadov. As ações de violência política continuaram a acontecer nesse entremeio, principalmente a partir de 1998, e tiveram impacto político evidente em demonstrar a fraqueza do governo checheno, tal como era a intenção russa.

A decadência econômica e social da República e a adoção do Shariah islâmico por Maskhadov contribuíram para que crescesse a influência de movimentos islâmicos radicais como o wahhabismo no período entre guerras, em grande medida, devido à situação de calamidade social e política que se instaurou nesse país (RFE/RL, 2000). A precipitação do segundo conflito foi a invasão do Daguestão marcada pela união de seguidores desse movimento nessa república e da Chechênia para constituir uma república soberana. Junto com isso, explosões que ocorreram na província de Riazan', próximo a Moscou, e na capital federal mesmo, justificaram a entrada massiva de tropas militares em Grozny, capital chechena (RFE/RL, 2000). Esses acontecimentos marcaram a chegada de Putin no Executivo russo como primeiro-ministro, que foi tido como aquele que impetrou ações decisivas na Chechênia.

Diferentemente da primeira guerra, a segunda recebeu amplo apoio da opinião pública. Em novembro de 1999, dois meses depois do início dos bombardeios ao território checheno, 35 por cento da população russa se considerava completamente informada e 55 por cento informados, mas não o bastante, somando um total de 90% que apoiava a incursão militar ordenada por Boris Yeltsin e sustentada por Vladimir Putin (Petrova, 2001a). A maioria dos russos acreditava que as ações na Chechênia eram de boa fé., apesar de todas as dificuldades. De acordo com as pesquisas feitas em março de 2000, quando o presidente em exercício Vladimir Putin venceu as eleições para a presidente, 61% dos russos eram a favor da operação militar (FOM, 2000)⁸².

Sendo assim, o fato de Putin ter se tornado primeiro-ministro fez com que sua popularidade crescesse devido às ações na Chechênia e favorecesse sua candidatura a presidência nas eleições de 2000. Antes disso, alguns eventos importantes contribuíram para o crescimento da simpatia por Putin e para a consolidação da prática discursiva da identidade *LE*. As bombas detonadas nos apartamentos em Moscou e Rizan'⁸³ em setembro de 1999 realmente foram o mote para a ofensiva militar da segunda invasão, que de acordo com Stepashin já era planejada desde março. O evento também foi um fator apontado pelos russos como evidência para acreditarem no discurso do primeiro-ministro, além de terem feito o conceito de terrorismo na Chechênia adquirir mais créditos na comunidade política internacional⁸⁴. Logo depois disso, foi autorizada a incursão militar terrestre pelas fronteiras do Daguestão com a Chechênia, já ocupadas, até a capital Grozny.

Embora as bombas contra civis em Moscou tenham trazido apoio momentâneo da comunidade internacional ao governo russo, a nomeação de Putin como primeiro-ministro em 11 de agosto de 1999 por seu histórico de serviço secreto na KGB, de chefe de uma das mais poderosas organizações da Federação, o FSB, e também o fato de ter sido presidente do Conselho de Segurança da

⁸² Fonte: The public Opinion Foundation, 24.03.2000, Russian's Awareness of events in Chechnya.

⁸³ Há suspeitas de que essas bombas não foram trabalho de terroristas chechenos e, sim, de membros do serviço secreto russo, a FSB. Evangelista aponta em seu livro que as suspeitas foram confirmadas

⁸⁴ As várias vezes que é feita menção à comunidade política internacional, concorda-se com Andrew Linklater de que essa se refere aos valores ocidentais (Linklater, 1998). Na verdade, ao

Federação, despertou receio na comunidade internacional. Mesmo que favorecesse uma posição centrista, sem vinculações aparentes com nenhum partido político tradicional, Putin representava o passado russo, a repressão e a violência da KGB e, talvez, uma ameaça a todo o avanço democrático que a Rússia tinha feito aos olhos da União Européia e do EUA em suas ações de política externa durante o governo de Yeltsin.

Na verdade, a escolha de Putin foi uma manobra política de Boris Yeltsin para que ele saísse da cena política com a possibilidade de voltar em algum outro cargo e de não ferir sua imagem como governante (Evangelista, 2002; Segrillo, 2000, p.120). Por isso, a escolha, pelo homem, que nas palavras do ex-presidente seria “o político capaz de consolidar a sociedade e de garantir a continuação das reformas” (Yeltsin, 1999). Acima disso, a Constituição Russa proibiria um terceiro mandato do presidente, o que fez com que Yeltsin nomeasse um político, que como primeiro-ministro tivesse notoriedade para se tornar presidente e realizar uma espécie de continuidade de seu governo. Por isso, Vladimir Putin, ao assumir, rapidamente se dirigiu à comunidade internacional para falar sobre a Chechênia, sua principal pauta de governo.

A decision of the Federation Council [is necessary to declare a state of emergency]. We have examined the possibility to declare a special regime in areas bordering Chechnya. I have already mentioned this. But [declaring] an emergency situation across the country has never been discussed. I repeat. There are no internal preconditions for this. There will be no emergency situation in the country. This is not being planned.⁸⁵

Um pouco antes de iniciar a ofensiva terrestre, que começou em 24 de setembro de 1999, Putin, no dia anterior, expressou a vontade de chegar a um acordo com os chechenos, mas somente sob a condição de que o presidente Maskhadov condenasse o terrorismo *clara e firmemente*, e retirasse completamente os *bandos armados* do território checheno⁸⁶, que em sua maioria eram rebeldes civis se defendendo das tropas russas. Além disso, Putin queria que

eixo central do Ocidente, marcado por aqueles que construíram as práticas discursivas do final da 2ª Guerra Mundial : Estados Unidos, Inglaterra e França.

⁸⁵ Discurso proferido por ocasião da posse de Vladimir Putin como presidente em exercício em 01 de janeiro de 2000 devido a renúncia de Boris Yeltsin em 30 de dezembro de 1999 (Evangelista., 2002, p. 63).

⁸⁶ Ênfases da autora para as palavras do então primeiro-ministro Vladimir Putin, retiradas do discurso por ocasião do início da ofensiva por terra na Chechênia em 23 de setembro de 1999.

Maskhadov se comprometesse a extraditar todos os criminosos para Moscou. A colocação de Putin não correspondeu à realidade e, um dia depois, a radicalização de Moscou, aliada à resistência chechena levou ao início da segunda guerra na região.

A manobra de Yeltsin para resolver de uma vez por todas o conflito não funcionou e a crise na Chechênia aliada aos problemas com sua cúpula, na qual se confrontavam membros da identidade *NWR* e do *NSR*, resultou em sua renúncia no dia 30 de dezembro de 1999. Em uma estratégia para se manter no poder, Yeltsin deixa o cargo para Putin, que acaba tendo mais espaço para conquistar eleitores para as eleições de março do ano seguinte, antecipadas por causa da renúncia. Em seu discurso de posse, Putin transpareceu o que seria sua tônica para o problema da Chechênia. Segundo ele, “What’s the situation in the Northern Caucasus and in Chechnya today? It’s a continuation of the collapse of the USSR”⁸⁷.

Com isso, fica claro o objetivo de manter a integridade territorial da Federação como forma de preservar a identidade política russa e de evitar a continuação do colapso que começou com a queda da URSS, e isso reflete a trajetória política de Putin em seus dois primeiros anos de governo e, anteriormente, no momento da campanha eleitoral nos três primeiros meses de 2000. Junta-se a isso o fato de que antes de ser presidente eleito em março desse ano, Putin assumiu a presidência em primeiro de janeiro de 2000 por ocasião da renúncia de Boris Yeltsin em 30 de dezembro. Entre outras características, Putin ascendeu com o discurso de fortalecimento do estado de direito e renascimento espiritual do país pela ligação com a Igreja Ortodoxa, o que também era um ponto de afastamento em relação aos chechenos, visto que a maioria desses é muçulmana e o Shariah islâmico havia sido implantado desde 1997. Esses pontos são fundamentais na construção da fala pública de Putin, mas o carro-chefe de sua campanha foi a continuidade do compromisso assumido como primeiro-ministro de pôr fim ao conflito checheno a qualquer custo, incluindo a retomada da República pelo governo da Federação, *que deveria se manter unida para ser forte*, segundo o próprio governante.

⁸⁷ Discurso proferido na segunda ocupação chechena em agosto de 1999, retirado de Ministério das Relações Exteriores Russo www.mid.ru.

A guerra na Chechênia e a forma como a mídia russa lidou com a situação garantiu a vitória de Putin nas eleições presidenciais. Só que preservar a Rússia da desintegração parecia estar longe de acontecer, e esse era um dos objetivos principais de Putin, daí podemos até fazer a associação com o nome do bloco político de Putin, *Unidade (Unity/Mevdev)*, que tem a ver também com a consolidação da identidade *LE*. Se Putin conseguiu evitar a desintegração, não foi só por causa de suas ações, mas pela permissividade que encontrou na comunidade internacional para tanto e também pelo enfraquecimento social, econômico e político que ocorria nessa república.

Por isso, pode se dizer que ascensão ao poder dessa identidade, favorecida pelo diálogo no internacional, adveio da interação entre contextos, que fez com que o contexto geral da Rússia e da Chechênia, fosse favorecido pelo intertexto refletido na linguagem do internacional, a política externa, e no ambiente internacional. Em relação ao contexto, Evangelista aponta que as causas da segunda guerra chechena estão calcadas nas *características únicas da situação da república* e nos *instintos políticos de Vladimir Putin* (Evangelista, 2002), que para nós se relaciona mais à *prática discursiva do que às inclinações pessoais*, sendo as duas situações centrais para entender o rumo político da Federação Russa.

Esses fatos abriram caminho para que a identidade liberal–essencialista se transformasse na prática discursiva da elite política do país e também para que Putin chegasse à Presidência em março de 2000, conforme descrito anteriormente. Ele se tornou presidente eleito pela aliança política *Unidade*, que era favorecida por ter forte apoio do Kremlin, que no sistema político desse país pode reverter decisões do Legislativo, criar leis somada à liberdade para sancionar, principalmente, quando tem maioria na Duma, o que era o caso.

Aliás, o fato de o bloco *Unidade* ter ganhado a maioria no Congresso nas eleições para a Duma em 19 de dezembro de 1999, antes da renúncia de Yeltsin, foi fundamental para Vladimir Putin, porque as bases da identidade política desse partido surgem na campanha para as cadeiras do Legislativo russo. A aliança política surgiu meses antes da campanha para a câmara baixa e se constituiu em torno de objetivos ambiciosos como o de ultrapassar as batalhas políticas internas que impediam a Rússia de ser um grande Estado novamente. Isso deveria vir pela preservação da identidade única russa, ao mesmo tempo em que a Federação

deveria se inserir internacionalmente, até mesmo pela responsabilidade que essa unicidade trazia frente à sociedade internacional.

Conquistado o apoio do Kremlin, quando Putin ainda não tinha se declarado membro do partido, a aliança política procurava se afastar do Executivo dirigido por Yeltsin, sem deixar, entretanto, de capitalizar os benefícios dessa proximidade, entre os quais estava o controle da mídia estatal. Um dos pontos fortes do discurso dessa aliança era o fato de se apropriar de questões de preferência da opinião pública para base de seu programa de governo, tais como *a continuidade e a estabilidade do Estado, o afastamento da política nacional tradicionalmente corrupta, e o suporte à legalidade das instituições públicas e aos temas militares, incluindo a promessa de regularizar a situação de ameaça separatista na Chechênia*, coincidindo com o discurso do primeiro-ministro Putin.

Antes das eleições parlamentares, realizadas sob a observação do Escritório para as Instituições Democráticas e Direitos Humanos da OSCE, algumas mudanças políticas importantes ocorreram na Rússia e acabaram sendo decisivas na eleição de Vladimir Putin, em março de 2000, como presidente, e para a ascensão do discurso centrista. A Chechênia foi um mote na campanha de vários partidos e, no caso do partido *Unidade*, foi base de formação de seu discurso originário. Tal qual pode se observar pelo relatório da missão de observação eleitoral da OSCE:

The conflict and its sub-text of anti-terrorism and anti-crime had resonance with the population seeking stability and relief from faltering social and economic policies. The beneficiary was clearly the Unity Bloc led by Sergei Shoigu, Minister of Emergency Situations. In view of the swift rise in the popularity ratings of the government's leadership related to the military action in Chechnya, in particular the decisive style of Prime Minister Putin and Minister Shoigu, the opposition's voice was muted in relation to other important issues. Based on early successes in Chechnya, the likelihood of imminent and steady victory bolstered national unity in a common cause as much as it rejuvenated Russian self-esteem and national will. This circumstance appeared to have created a diversion away from other domestic and economic priorities in the context of political campaign. Any direct criticism of the government or expression of public or political frustration with its social and economic policies, at the forefront of political debate only a short time earlier, became taboo (OSCE/ODIHR Final Report, 2000, p.12).

O partido conseguiu então em sua campanha eleitoral para a Duma chegar até a população e institucionalizar uma prática discursiva que fez com que crescesse o interesse do público no conflito checheno e na preservação da

unicidade russa como fonte de desenvolvimento e fator de superação da crise econômica pela qual a Federação passava desde a crise do rublo em agosto de 1998. Observar o processo político russo e suas conseqüências não é a intenção desse trabalho, mas a menção superficial à eleição legislativa é extremamente importante, dado que nesse evento fica marcada a constituição das práticas discursivas do governo Putin e a forma como esse passará às ações de política externa a questão do conflito checheno, o que é o nosso ponto de discussão. Conforme demonstra a figura abaixo adaptada de um esquema sobre a construção social da identidade russa de Ted Hopf (Hopf, 2002, p.155):

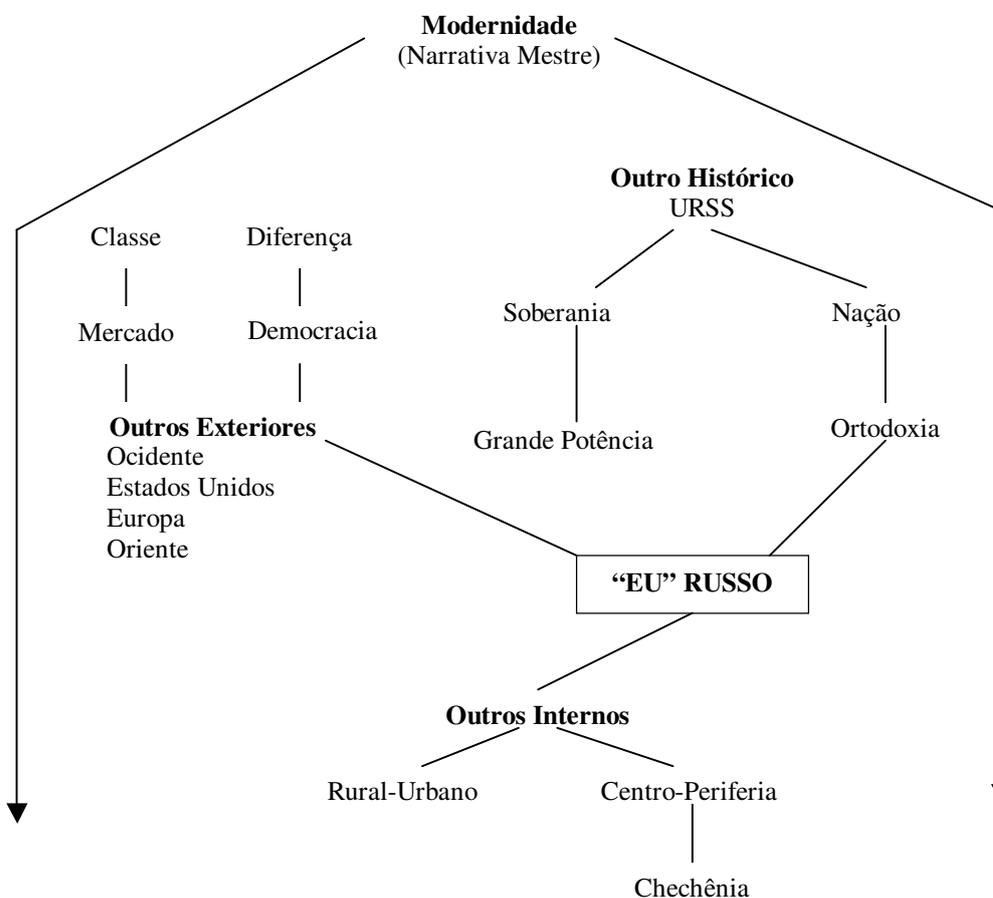


Figura 1 - Construção da identidade russa em 1999.

Essa figura mostra a estruturação das várias identidades que operavam na Rússia em 1999, segundo Hopf, e concordamos que os elementos apontados por ele fazem sentido na relação estabelecida com a comunidade internacional, calcada no conflito com a Chechênia. A modernidade aparece como a narrativa-mestra, isto é, o Estado russo para estar incluído na comunidade internacional

deveria responder ao que representava o Estado, enquanto instituição, deveria ser na década de 90. Nessa época, o significado da soberania, em boa parte, é revertido do não se deixar intervir para a intervenção em Estados, que supostamente poderiam atrapalhar o conceito coletivo da comunidade internacional.

Internamente, esse transtorno era direcionado ao *Outro interior* checheno, que poderia desestabilizar as boas relações traçadas com o *Outro exterior* – Europa e EUA – na década de 90 em torno da passagem da definição da identidade política de classe para a de indivíduo democrático, com as diferenças garantidas de serem respeitadas pela proteção do próprio Estado, agora liberal e respondendo ao modo de organização da economia de mercado. Isto implica que a modernização da Rússia está ligada com o estreitamento dessa relação com os Outros exteriores, mas mediante a preservação de sua unicidade, refletida no passado pelo *Outro histórico* soviético, que alia a soberania à idéia de grande potência, o que caracterizaria a unicidade da identidade nacional russa proferida pela identidade *LE*.

Isso posto, é importante frisar que durante o governo interino de Putin, nos dois primeiros meses de 2000, a ocupação na Chechênia, o *Outro interior*, e os esforços para que a ação continuasse frente à resistência de alguns poucos setores internos e da comunidade internacional foi a prioridade de governo. Inclusive, os protestos principalmente da UE com relação aos gastos realizados no país, que recebia vários empréstimos do Fundo Monetário Internacional (FMI)⁸⁸, não foram empecilho para que a operação continuasse. Isso deixou claro o que estava na frente na escala de importância para a manutenção da identidade no poder, a preservação da Federação, que era uma das bases de seu discurso.

A renúncia e a ocupação evidenciaram traços de que a descentralização e a perda territorial afetavam e muito a imagem que os russos tinham de si e a idéia do que isso poderia representar externamente. A possibilidade de separação, que

⁸⁸ Com a tomada de Grozny na primeira semana de dezembro, a tensão internacional sobre o conflito cresceu e nem a política externa mais aberta ao Ocidente e a participação positiva nas intervenções no Kosovo e na Bósnia foram suficientes para afastá-la. A grande questão para a comunidade internacional e, principalmente para os Europeus, foi o problema crescente dos refugiados que começaram a se dirigir a várias cidades do leste-europeu. A negação de Moscou em atender aos apelos dos europeus e dos norte-americanos levantou até mesmo a possibilidade de corte da ajuda para lidar com os deslocados internos e os empréstimos do FMI por conta da crise do rublo instaurada em agosto de 1998. Fonte: RFE/RL, 01/12/1999 a 01/01/2000.

remetia ao *Outro histórico* soviético, fazia com que o sentimento de derrotar o *Outro interno* se tornasse maior e justificável pelo fato de que isso pudesse alimentar a vontade de separação em outras regiões, onde as afinidades com a identidade central russa fossem poucas.

Dessa forma, a separação da Chechênia afetava a identidade russa de maneira que o papel centralizador e monológico dessa em termos de linguagem e funcionamento social estaria perdendo poder. Essa perda poderia significar a falta de habilidade em manter as demais identidades dissonantes do *Eu* russo sob controle da política hierárquica da Federação. Contrariamente ao modelo político federalista, a Constituição russa garante o funcionamento político vertical, onde o Executivo tem mais poder que o Conselho da Federação, formado pelos 89 sujeitos políticos da unidade federativa. Esse poder não se restringe apenas às garantias de exercício de formulação de políticas no campo da diplomacia ou da segurança, mas em todos os outros que o Estado julga pertencer a essas classificações ou os transforma nessas para continuar definindo aquilo que compromete o funcionamento hierárquico da máquina política. Acredita-se que com as Repúblicas, como a Chechênia, que esperavam autonomia com a aquiescência de seu povo, essa produção de conceito político, que define os outsiders da comunidade política, foi clara no governo Putin.

No caso checheno, já desde a Perestroika houve a mobilização do povo para a descentralização em relação à Moscou e para que as reformas econômicas migrassem também para o plano político, resultando na maior autonomia, que inclusive era reivindicação inicial. Com a negativa do centro em atender esse pedido, a década de 90 foi marcada pela mobilização da população local para lutar pela autonomia. A revolta dos chechenos acaba se transformando em organização para a independência, e dessa forma surgem líderes nacionais ligados ao movimento wahhabi, relacionado ao islã político, que vão fomentar a resistência de cunho nacionalista. Esse grupo se organiza para lutar contra a autoridade comunista remanescente e, também, contra a nova identidade política de cunho democrático-centrista (*LE*), cuja composição já foi citada, mas a qual deve se acrescentar a presença de membros do novo serviço de segurança nacional da

Federação (Evangelista, 2002, p.16), o *FSB*, antiga *KGB*, como era o caso de Vladimir Putin.

Conforme discutido, essa prática discursiva traz em si a idéia de aproximação com Ocidente a fim de recuperar a unicidade da identidade russa pela inserção na Nova Ordem Internacional como uma potência. Ademais, preserva a idéia de democracia contraditoriamente à volta à ortodoxia comunista e a religiosidade como uma questão importante para o Estado (Hopf, 2002, p.157). Essa unidade identitária seria, à primeira vista, um ponto de afastamento com o que consideramos o interlocutor direto e mais próximo na formação da identidade russa, que é a Europa, que preserva a tônica *multicultural*. Entretanto, a aproximação e o diálogo aberto com o Ocidente em questões anteriormente fechadas, como era a *segurança*, trazia a percepção de um Estado pronto a cooperar de forma multilateral, o que na *dupla leitura da soberania*, seria um ponto para preservar a unidade da identidade do Estado, tendo em vista que assim se conquistaria mais credibilidade da comunidade internacional para o status *de facto da soberania* (Ashley, 1988).

A economia política passa então a ser um fator definidor do status de soberania e, crê-se, que essa também é um fator para que a estabilidade econômica fosse fundamental na construção da prática discursiva da identidade *LE*. A *dupla leitura da soberania* é um ponto importante para o argumento de que a política externa se calca em uma *retórica de alteridade*, que é o que se começa a fazer com o perfil político de Putin. Por essa leitura, a soberania é mais do que ser a autonomia e a capacidade de gerenciar as questões domésticas sob a legalidade do monopólio sobre o uso da força no território com o reconhecimento interno. Mais que isso, ao serem abertas as possibilidades de *significantes* para o *significado* da soberania, como por exemplo, com o Estado sendo mais soberano por cooperar, por colaborar com a interdependência mediada pelas instituições internacionais ou por cumprir suas obrigações morais com os demais Estados, mesmo que seja pela princípio da intervenção humanitária, que na dupla leitura não entra em confronto com a soberania, essa passa a ser vista como uma construção social, logo contingente (Weber, 1995). Dessa forma, a função de exercer a violência, transplanta-se e justifica-se sob múltiplas caracterizações, facilitando o domínio de centros de poder internacionais.

Se pensarmos nessa abertura de significantes para a Rússia e relembrarmos os empréstimos feitos pelo FMI em 1999 a esse Estado, percebe-se que a economia política internacional passa a ser também um ponto de significado para a soberania. Isso por que em 1999, como colocado anteriormente, questionou-se se os empréstimos não estariam financiando a guerra, o que poderia comprometê-los e, em consequência, a estabilidade política russa, sua governabilidade e sua soberania. O papel dos múltiplos significantes pode levar um Estado a flexibilizar a maneira como lida com a alteridade, mas tão-somente para preservar sua soberania frente aos outros Estados, o que caracteriza uma intenção específica para a elaboração de um discurso específico, *a retórica*.

O compartilhamento da linguagem do internacional é importante para que a retórica seja válida. Ao continuar soberano por incorporar os significantes da economia de mercado e da democratização, *a estabilização da diferença interna* pela violência continua a ser um assunto doméstico e a prática discursiva em operação interna não fica prejudicada na interação com o internacional. Nos termos de Helen Rae, a homogeneização patológica continua a ser um mecanismo legítimo de construção do Estado Nacional pelas identidades corporativas nacionais. A Rússia de Putin e a forma como ele deu continuidade à guerra na Chechênia, realmente foi extensão de exercício de sua política doméstica ao externo e da formação de uma *retórica de alteridade*.

Lida por esse ângulo, as justificativas e os pontos de reconhecimento da comunidade internacional para um Estado Nacional vão mudando ao longo do tempo e, isso, não quer necessariamente dizer que maiores possibilidades de ação de política externa abriguem aquelas identidades que não dizem respeito ao Estado. A performance política desse continua com a interdependência e maior abertura de questões de Estado para participar de instituições internacionais e para fruir dos ganhos da cooperação. Todavia, essa leitura, na teoria e na prática, faz com que nos esqueçamos do caráter monológico e excludente da soberania que não se flexibiliza e aceita a alteridade com isso, mas apenas toma outras formas para exercer a exclusão (Ashley, 1988).

Dessa maneira, parte-se do princípio de que essas variações, presentes no discurso de Putin durante seu governo, mostram que a Chechênia é um ponto de

confronto não só por que é uma área estratégica em termos energéticos⁸⁹, que é por onde circundam a maioria das discussões sobre o conflito, mas também por que é o *Outro interior* russo. Os chechenos representam a identidade que desafia a posição de hierarquia da identidade russa na Federação, o que talvez torne as questões de energia, amplamente discutidas pelos estrategistas, um ponto de confronto ainda mais sério. A questão energética é o pano de fundo hoje, porque o petróleo é a principal fonte de energia do mundo, mas qual era a justificativa há um século?

Isso quer dizer não se pode justificar o conflito apenas pela questão energética, visto que há identidades que informam os interesses materiais, e isso é contingente. Por esse motivo, territorialidade, autonomia energética e ganho com essa energia, questões de visibilidade política e de permanência de um certo grupo correspondente a uma certa identidade no poder podem ser considerados múltiplos significantes para a manutenção do significado da soberania russa. A Rússia precisava, por meio de sua política externa, garantir que era um sujeito que compartilhava dos mesmos princípios que regulavam a sociedade internacional, até por que precisava garantir aos membros dessa que podia contornar a situação de instabilidade com a Chechênia por mecanismos internos, pois sofrer a intervenção seria não gozar do mesmo status das grandes potências e isso não corresponderia à identidade em operação no governo russo.

Entre outras razões, o discurso de Putin em 23 de setembro ao falar sobre a segunda invasão chechena, agravada em 24 de setembro, fala da importância de destruir qualquer resistência. Sendo que essa para nós significa homogeneização da identidade russa e eliminação das tentativas de apresentação política do *Outro interior*.

(...) the Russian leadership “will never allow a replay” of the 1994-1996 Chechen war, because it could lead to unnecessary casualties among troops. But I not

⁸⁹ Esse não é o foco dessa dissertação e seria mesmo uma outra discussão se fosse um assunto explorado. Contudo, é importante ressaltarmos que a Chechênia passou a ocupar uma posição crucial com a entrada da Rússia no mercado internacional. Segundo Lutz Kleveman, algumas semanas antes da primeira invasão em 1994, o Azerbaijão e companhias multinacionais do setor energético assinaram o chamado “Contrato do Século”, onde se acordou para a construção um oleoduto que pudesse levar o petróleo da região da Ásia Central e do Cáucaso Norte para o Ocidente. Só que se o projeto falhasse, a única via para escoar o produto continuaria sendo o oleoduto que cruza o Azerbaijão e cruza toda a Chechênia e o Cáucaso Norte até chegar ao porto de Novorossiisk no Mar Negro Russo. A questão é que se a Rússia quisesse a continuar a ter o controle sobre essa via alternativa, embora já existente, ao projeto, não poderia deixar que a vontade separatista chechena se concretizasse. (Kleveman, 2003, p. 54)

exclui a ground attack to solve the main task – *destroy the bandits, their camps and infra-structure*⁹⁰ (Putin, 1999).

Dado isso, em 24 de setembro, tanques russos invadiram a Chechênia por terra, enquanto um esquadrão aéreo já bombardeava vilas, campos de petróleo e pontes. Os bandidos passaram a ser o inimigo sem rosto que se transferiu para toda a população, em uma estratégia clara de tornar patológica a ameaça à própria identidade e a continuação no poder político. Agindo dessa forma, Putin deixou poucas alternativas a Maskhadov, que confiou em Shamil Basaev⁹¹ e em outros comandantes chechenos, que lideravam os separatistas.

Em outubro de 1999, Putin declarou que não reconhecia mais a legitimidade do governo do presidente checheno, pois nas palavras dele *o único órgão de poder legítimo na Chechênia era o parlamento* (RFE/RL, 1999), que fora eleito durante a ocupação em 1996 e completamente exilado para Moscou depois da assinatura do acordo de Khasavyurt. O primeiro-ministro inclusive alegou que a grande quantidade de refugiados que saíram do país, aproximadamente 90 mil contabilizados pelos militares russos, provavam a ilegitimidade de Maskhadov. Quando o que aconteceu foi que milhares de chechenos saíram do país por que a cidade de Grozny e seus arredores ficaram dizimados pelas tropas e o terror se instaurou com o início da guerra entre separatistas e tropas russas, que violentavam, seqüestravam e fizeram dos chechenos escravos (Chechenpress, 1999a).

A situação de calamidade fez com que muitos civis que antes só gostariam de um pouco mais de autonomia optassem a se juntar à luta armada e ao grupo Wahhabi, com ligações com Osama Bin Laden e liderado na Chechênia por Basaev (Chechenpress, 1999b). O resultado do conflito, no qual a população civil foi a maior prejudicada, foi o surgimento de milhares de refugiados, que são chamados até hoje pela comunidade internacional de *Deslocados Internos* (*Internally Displaced Persons*), reforçando a tese de que a ordem normativa internacional contribui para a classificação e homogeneização do Outro interno.

Segundo o próprio primeiro-ministro, os refugiados estavam votando contra o regime de Maskhadov ao fugir para a Rússia, já que a Chechênia era um país, que não poderia protegê-los (RFE/RL, 1999). Essa fala reforça a questão de

⁹⁰ Destaque dado pela autora.

⁹¹ Um dos líderes da guerra de independência chechena.

produção de definição sobre minorias políticas, pois mesmo querendo manter a Chechênia sob os auspícios da Federação, o primeiro-ministro classificava a população civil como pertencente a outro contexto. Esse vinha de uma realidade inferior e por isso a violência autorizada para continuar fazendo desse território parte da Federação Russa era justa, pois isso tinha a ver com as próprias questões de identidade, nas quais o *Eu* normalmente está em posição de dominação sobre o Outro, ainda mais quando esse está dentro de suas fronteiras. Baseado nesse discurso, Putin fechou as fronteiras e se recusou a receber os refugiados, a despeito do pedido da comunidade internacional. Nas palavras de Evangelista:

The Russian government's method of convincing Chechnya to remain part of the federation seemed somewhat counterintuitive, to say the least. Russian planes bombed chechen cities and villages, sending tens of thousands of refugees fleeing to the "border". As they reached the border (which was not an international one, because Moscow did not recognize an independent Chechnya), the refugees were turned back by the Russian army and refused entry into what was, according to Kremlin, another part of their own country, Russia. In the meantime, the army tried to create a cordon sanitaire to keep Chechens out of the rest of Russia – especially against Dagestan (Evangelista, 2002, p.70)⁹².

Três meses depois de começada a guerra, pesquisas de opinião revelaram que havia 77 % de aprovação para a invasão em pesquisa feita em Moscou e São Petersburgo, duas cidades federais. Até mesmo nas províncias, a porcentagem média de aprovação chegou a atingir 64 %, a despeito de que a mídia sempre escamoteou os efeitos locais da guerra, tais como mortes de soldados. Além do suporte para a guerra, havia o apoio à figura de Putin, que pulou de 35 % em agosto quando foi nomeado primeiro-ministro, para 65%, quando houve a escalada militar do conflito em outubro de 1999. A popularidade de Putin, conforme Evangelista aponta na expressão usada pelo presidente em outubro de 1999, "We will wipe them out" (Evangelista, 2002:78), cresceu à medida que a população identificou a ameaça que o governo sentia como uma ameaça à sobrevivência da identidade russa como um todo. Era disso que Putin precisava para angariar o apoio que a comunidade internacional não destinava a ele.

⁹² Segundo Evangelista, o modelo que Dudaev buscava na Chechênia antes da segunda invasão era o da independência na Estônia, onde ele serviu como comandante antes de servir na república chechena, o qual foi sendo implantado aos poucos com o apoio da população e de forma democrática. Contudo, quanto mais Moscou impunha obstáculos aos caminhos da soberania chechena, mais Dudaev se aproximava das forças islâmicas (Khazanov, 1995).

Antes de ter início a ofensiva por terra que tomou Grozny, o então presidente dos EUA, Bill Clinton, respondeu sobre o que achava de uma das declarações de Putin com relação aos civis chechenos, que dizia que todos os civis da capital deveriam sair do local, a menos que se considerassem *terroristas e estivessem dispostos a ser esmagadas em submissão a Moscou* (McAdams, 1999). Clinton disse que estava preocupado com os civis chechenos, que não deveriam ser punidos pelas ações de *separatistas islâmicos rebeldes*. Mas, ao mesmo tempo, voltou a dizer como na primeira guerra chechena que não havia nada que ele pudesse fazer, pois acreditava que a imposição de sanções internacionais não seria prudente já que "A sanctions regime has to be imposed by the United Nations, and Russia has a veto there. But I am not sure that would be in our interests, or in the interests of the ultimate resolution of the crisis"(McAdams, 1999).

Além disso, Clinton ressaltou na mesma ocasião que dois terços da ajuda norte-americana a Rússia iam para programas de proteção do arsenal nuclear e que o resto para construir a democracia. Sendo assim, os interesses norte-americanos não correspondiam a uma intervenção sobre as ações russas na Chechênia. Até porque tomando o contexto internacional também como base para as ações a exportação da democracia liberal era o maior interesse da elite política norte-americana que queria buscar por sua política externa iguais para fortalecer sua soberania e não podia chamar a atenção para ações semelhantes que estivesse impetrando para destruir possíveis ameaças a sua identidade, como foi no Iraque. O silêncio, nesse caso, favoreceu a exclusão, que se abateu sobre toda a população chechena.

A guerra de Putin contra a Chechênia no final de janeiro de 2000 já tinha deixado 1200 mortos nas tropas russas. Em março, havia 1991 mortos registrados pelo Ministério do Interior e, aproximadamente, 6 mil feridos do lado russo, próximo do que havia acontecido nos sete primeiros meses da primeira guerra na República. Em junho de 2000, as tropas russas tinham 200 mortos por mês e no final de 2001, quase 4 mil soldados russos haviam morrido e perto de 13 mil tinham se ferido. O total de perdas se assemelhava ao que havia acontecido com a URSS em dez anos de guerra com o Afeganistão. A diferença é que dessa vez as quase dez mil vítimas, entre chechenos e russos, que pereceram nas guerras

chechenas eram quase todas cidadãs russas (Evangelista, 2002:84), já que a Chechênia era considerada parte da Rússia. Ainda, é importante lembrar que em 2002 havia a estimativa de que quase a metade da população chechena haveria perecido nas duas guerras (Politkovskaya, 2003).

Em junho de 2000, Putin assinou uma lei estabelecendo a criação de uma administração civil interina na Chechênia que deveria se reportar diretamente ao Kremlin. O representante apontado por Putin foi Akhmad-Hadji Kadyrov e, ao fazer isso, o presidente provocou a renúncia imediata de vários representantes locais da Chechênia, que estavam trabalhando para a administração russa, o que impossibilitou Moscou de tomar o controle político da República. Alguns especialistas em Rússia começaram a apontar que, a partir desse momento, evidenciou-se a falha do governo em ter reiniciado a ação militar na Chechênia e não ter cumprido os mais de 50 acordos que teria assinado com os governantes dessa por ocasião da assinatura do acordo de paz de Khasavyurt em 1996, favorecendo a criação de um contexto propício para a reunião dos rebeldes. Esses acordos previam a reconstrução da República, que ficou com a infra-estrutura e a economia devastadas no primeiro conflito. O irônico é que em maio de 1997, os presidentes Yeltsin e Maskhadov assinaram o Tratado sobre a Paz e os Princípios das Relações entre a Federação Russa e a República Chechena da Ichkerria e o primeiro princípio seria o de sempre repudiar o uso e a ameaça de força militar para resolver as disputas que poderiam surgir (Evangelista, 2002; Chechenpress, 2004).

Voltando um pouco atrás, mesmo que o efeito conciliador da crise do rublo em 1998, tenha baixado um pouco a expectativa de separação de repúblicas como a Chechênia, isso não foi o suficiente para conter a vontade centralizadora do Kremlin. Evgenii Primakov em seu discurso de posse como primeiro-ministro nesse mesmo ano chamou a atenção para a necessidade de manter a Rússia como um Estado unido é único. De acordo com ele, a Federação estava sofrendo sérias ameaças de desintegração. Meses depois, também em sua posse como primeiro-ministro, Putin chamou salientou que deveria se restaurar a estrutura vertical do poder do Estado, na qual todos os problemas seriam resolvidos conjuntamente pelo centro e pelas autoridades locais e que por isso mesmo as tentativas separatistas deveriam ser liquidadas (Evangelista, 2002, p.127). Putin, quando

assumiu a presidência em março de 2000, começou a realizar as mudanças nas relações *centro-periferia* da Federação Russa, como ele próprio definia (Hopf, 2002).

Uma das primeiras medidas colocadas em discussão por Putin, então presidente, que refletem as intenções de unificar as diferenças do país na identidade russa ao excluir da representatividade política aqueles que se colocavam contra o governo e de limitar cada vez mais as fronteiras do dentro, foi a de acabar com a divisão da Federação em territórios étnicos. A proposta de Putin, que poderia parecer mais democrática aos olhos da comunidade internacional, era a de que não fosse imposta uma classificação da população de cima para baixo e, sim, que as regiões fossem divididas por áreas de cooperação econômica, que teriam mais a ver com os recursos e com os territórios, isto é, uma classificação livre de estigmas identitários.

A Federação passou então a ser dividida em distritos que teriam representantes plenipotenciários do presidente e capitais federais, que seriam seus centros, o que aponta para a recentralização sob o esquema federativo, uma contradição em seus próprios termos, reflexo da característica de unificação da identidade liberal-essencialista. Essa foi a primeira e principal medida do presidente Putin, que tinha como objetivo evitar a desintegração da Federação russa e contribuir para seu fortalecimento, eliminando qualquer associação autóctone com o território, uma estratégia de impedimento de associações para o separatismo, como o que ocorreu na Chechênia. Tal qual Evangelista destaca com uma citação de Pierre Joseph-Proudhon:

The first effect of centralization is to make any kind of indigenous character in the diverse regions of the country disappear...all of the provincial and municipal freedoms are confiscated to benefit the supreme power that is government (Pierre Joseph-Proudhon, 1852; citado em Evangelista, 2002, p.124).

Os objetivos políticos de Putin, tanto internos como externos, esse último nosso ponto focal já que a Federação precisava manter a integridade territorial para passar sua integridade territorial engajada, também foram decisivos para que a forma da exclusão se fizesse presente para o estabelecimento da identidade *LE*. Evangelista aponta ao fazer uma recuperação das situações políticas das repúblicas da Federação em relação ao centro, que em nenhuma das outras vinte

havia a possibilidade de quererem se tornar independentes por que aos poucos essas conseguiram ir conquistando a autonomia nos assuntos que julgavam importantes. Portanto, a questão de que a atuação na Chechênia seria uma forma de prevenir que uma onda separatista se espalhasse para as outras repúblicas não encontrava respaldo na realidade política nem da era Yeltsin, tampouco do período Putin. Não que essas repúblicas compartilhassem da identidade política de Moscou, mas nenhuma das comunidades políticas dessas tinham problema em viver sob Moscou, pois não sofriam repressão, e ficariam melhor dessa forma do que sendo totalmente independentes economicamente.

A interdependência com o centro e a influência que isso tinha sob suas políticas eram reconhecidas utilitariamente por todos os líderes, que usavam todo o poder de influência que tinham para aumentarem seus poderes (Evangelista, 2002, p.123). Por isso, a restauração do poder vertical da época soviética é muito mais justificável por uma lógica de prática discursiva, nos termos dessa dissertação, do que necessidades reais de segurança, e imagina-se que grande parte disso está vinculada à reprodução da imagem que se queria fazer para o ambiente internacional. Nessa leitura da identidade, pode se dizer que a leitura que Putin faz do federalismo está próxima da interpretação que o *Outro histórico* fazia da sociedade doméstica e do fato de que a preservação de sua unidade interna, poderia fazer dessa uma potência e um exemplo na sociedade internacional.

Em termos quantitativos, a Chechênia nem seria uma ameaça para a Rússia, pois apenas 15,2% da população da Federação pertenciam às condições semelhantes a dos chechenos, os quais se referiam à população das 21 repúblicas da Federação, tais como a Tartária, Nagorno-Karabah, Abkhazia e o Daguestão. Em termos quantitativos, isso não afetaria a manutenção da Federação, porém se considerarmos o peso que isso teria na identidade russa e o quanto a separação chechena poderia afetar a vontade separatista das outras repúblicas, a Chechênia sempre foi um problema.

O que podemos dizer é que a Chechênia é uma comunidade política dentro de outra, que é a Rússia, que a exclui enquanto comunidade política e a aceita, desde que em condições de inferioridade, e isso é patente pela forma com que Putin trata os chechenos nos discursos. Um contraste que pode não parecer

político, que é a língua, mas que o é por que é essa uma das formas pelas quais os discursos das comunidades políticas são formados, é evidente também entre russos e chechenos. Desde a União Soviética, que a língua russa tem sido indicativo da posição de dominação da identidade russa, mas era obrigatório que essa fosse estudada nas repúblicas e nas áreas de influência. Hoje, por questões até econômicas e por como a sociedade se consolidou na época soviética, é necessário que se fale o russo para se poder sobreviver na Federação.

Em contrapartida a isso, a Chechênia é uma das repúblicas que mais preservou a língua como ponto de homogeneidade e de sobrevivência de sua comunidade política. Essa é ilustrada pelos números que mostram que apenas um quarto dos chechenos fala russo em suas casas e quase todos dizem que o checheno é sua língua nativa, enquanto em outras repúblicas esse percentual é muito pequeno. Talvez isso aconteça pela repressão que o povo sofre desde o século XIII pela etnia russa, sendo a língua a forma de refúgio comunitário que essa população encontrou. A repressão russa, como vimos, foi com certeza um ponto para que os blocos mais radicais e violentos chegassem ao poder na Chechênia e contribuíssem com a truculência das tropas russas para o acirramento do conflito.

Quando Putin assume o poder eleito pela aliança Unidade clamando por apoio contra a possibilidade de desintegração no país com a Guerra na Chechênia, muitos analistas apontaram que o histórico das pessoas que ele nomeou para o seu gabinete em associação com suas próprias inclinações pessoais indicava o fator de que as reformas regionais favoreceriam mais a *ordem* do que a *liberdade* (Evangelista, 2002, p.132). Para aqueles que apoiavam Putin, no âmbito internacional e interno, incluindo a opinião pública, esse era o fator que fazia com que muitos estivessem a seu lado. Os que estavam contra ele, como os políticos pertencentes à identidade *NWR*, diziam que se tratava de uma ditadura moderna. Ao responder a isso, Putin disse em fevereiro de 2000 que a única ditadura que havia na Rússia era a *ditadura da lei*. Ele disse também que por sistema de autoridade do Estado ser negligenciado e mal disciplinado, era necessário aliviar a ansiedade e a insegurança da população com a recentralização⁹³ (RFE/RL, 2000a).

⁹³ Citado em RFE/RL Russian Federation report, n 17 (10 maio 2000); RFE/RL Russian Federation report n36 (outubro 4, 2000); n 24 , vol 2, (28 de junho de 2000).

Segundo Putin, só havia uma forma de realizar isso que era transformando a Rússia em um Estado forte.

Vladimir Putin inherited Yeltsin's system of regional deals but was not happy about it. Within two months of his election, he instituted a system of seven federal districts and appointed mainly police and military officials to head them. He threatened regional governments to bring their laws and constitutions into conformity with federal law. He engineered the removal of several powerful republican leaders, including one – Ruslan Aushev – who had served as a bulwark of stability in the North Caucasus. (...) His emphasis on discipline and dictatorship (even of “law”) and the undemocratic means he has employed to impose Moscow's control give serious cause for concern. Perhaps Putin's project to strengthen the state and impose order would have raised fewer worries if it had not coincided with the renewal of the Chechen war (Evangalista, 2002, p.137).

A retomada do controle da Chechênia era um objetivo político que estava acima da consolidação e do prestígio internacional para Putin. A forma pela qual o exército russo impetrou a guerra para os interesses de construção do Estado e de coesão interna foram justificadas pelos conceitos internacionais que podiam invalidar e comprometer o prestígio russo, que era a soberania e a proteção dos cidadãos russos da ameaça a sua própria vida. Contudo, esse prestígio não sofreu nenhum abalo considerável, especialmente pela retórica da alteridade reforçada pela forma com que as ações foram reportadas em consonância com o comportamento russo nos demais campos do internacional, principalmente nas experiências de absorção de regras internacionais por instituições e vontade de respeitar normas comerciais e militares, o que reforça a dupla leitura da soberania.

4.2.

A Retórica da Alteridade compensa

Não obstante o trabalho de muitas organizações não-governamentais, a forma como o conflito era reportado pelos órgãos oficiais fazia com que se tivesse uma idéia de que se tratava exclusivamente de ações terroristas, quando a essência da questão era um movimento de liberação. A falta de condenação por parte da imprensa internacional fez com que se duvidasse dos feitos de Moscou como crimes de guerra e, isso, pareceu mesmo um pacto de retórica de alteridade com os outros grandes poderes, pois para os Estados Unidos interessava a eliminação do Islã político onde quer que fosse e, observando com cautela, a maioria dos Estados europeus também tinha minorias políticas dentro de seus territórios e ferir

a lei da soberania apoiando as ações chechenas não interessava a comunidade política internacional.

Todavia, organizações internacionais tais como a ONU e alguns órgãos da União Européia se manifestaram contra as ações na Chechênia, embora todas as repressões contra a Rússia tenham ficado apenas nos protestos verbais e não tenham se estendido à ação. A virada dos discursos no 11 de setembro e que vai realmente garantir que as ações não iriam comprometer a posição internacional e a imagem que a Rússia gostaria de passar de potência e Estado coeso e forte em ações internacionais. A retórica nesse momento atinge sua função de convencimento e nenhum Estado fica comprometido por não fazer algo a respeito da situação na Chechênia. Como a ofensiva militar ocorre dentro da comunidade política russa, a ação chechena passa a ser classificada com ameaça à ordem normativa do Estado como instituição e não só à legitimidade e ao plano doméstico russo. Contudo, restavam ainda alguns problemas da ordem da lei internacional, garantida pela assimilação das práticas discursivas desse plano a partir de casos internos, que poderia comprometer Putin, principalmente aos olhos da Europa.

Segundo os artigos 15 e 17 da Constituição russa, a Federação traz para si todas as obrigações previstas nas convenções internacionais sobre o direito de guerra e defesas de vítimas de guerra. O caso da Chechênia se encaixaria no artigo 3 das Convenções de Genebra de 1949, relativo ao conflito armado que não é de caráter internacional, mas que ocorre no território de uma das partes signatárias das convenções, além de reportar também a dois dos Protocolos de Genebra adicionados às Convenções em 1977. O fato de o conflito na Chechênia não ser considerado um conflito internacional está ligado à questão de que nenhum Estado reconheceu a independência *de jure* da República Chechena. Dessa forma, as regras referentes ao conflito deveriam se reportar ao artigo 3 das Convenções. Todavia, o governo russo não o fez por alegar que a guerra dizia respeito a uma operação antiterrorismo ou a supressão de uma rebelião, e não a um conflito armado.

A questão é que ainda haveria outro código internacional ao qual os Russos deveriam se reportar pela nova conduta de política externa do início dos anos 90 que trouxe a aproximação com a União Européia e ao compartilhamento das regras com esse bloco político. Trata-se do *Código de Conduta em Aspectos*

Político-Militares de Segurança da Organização para a Cooperação e Segurança Européia - OSCE, assinado pelos representantes russos com representantes europeus, que entrou em vigor em 1º de Janeiro de 1995. A Rússia tendo ferido milhares de civis violou um dos aspectos básicos do acordo, provando que a política externa reproduzia a imagem de um Estado respeitoso das leis internacionais, mas que tinha em sua integridade territorial a principal característica de sua identidade.

No primeiro conflito, isso comprometeu bastante a estratégia de associação internacional com a preservação da identidade. Além do código da OSCE, o Conselho Europeu alegou que os russos estariam ferindo *Convenção Européia sobre Direitos Humanos* e a *Convenção Européia sobre Tortura e Tratamento e Punição Degradante e Desumana*. Junto a isso poderia se alegar que o país estaria violando a *Convenção sobre Genocídio* da ONU sob o aspecto de atos cometidos com a intenção de destruir, em parte ou totalmente, um grupo nacional, étnico, racial ou religioso. A jurisdição desse acordo se remete tanto às ações domésticas, como às internacionais e até mesmo a casos onde não há conflito armado (Evangelista, 2002, p.142).

Com relação aos Protocolos de Genebra de 1977, dois seriam perfeitamente aplicáveis ao caso checheno. Isso por que esses foram criados para proteger vítimas de conflitos nos processos de descolonização da África e da Ásia na década de 60, exatamente para reafirmar as regras que cabiam a esses processos, que mesmo sendo de liberação nacional, não eram claramente internacionais, pois não se tratava de Estados. Os representantes chechenos se incluíam nesses aspectos das lutas anticoloniais. Para o líder guerrilheiro que apoiou Maskhadov e Dudaev na liberação política chechena, Akhmad Kayrov, não havia documento algum que mostrasse que a Chechênia tivesse se tornado parte da Rússia espontaneamente. Segundo ele, depois de terminada a guerra, um referendo deveria ser realizado para que o povo decidisse sua relação com a Federação Russa. Em nossos termos, para que o povo decidisse que sujeito seria, qual linguagem incorporaria e se classificasse de acordo com suas próprias definições e realidade política.

External financial aids was not as crucial to Moscow's prosecution of the second war in Chechnya because a rise in oil prices provided adequate funds. In any case, the international financial institutions dominated by the United States, expressed little interest in trying to influence Russian policy in Chechnya. In late

January 2000 the Parliamentary Assembly of the Council of Europe (PACE) overwhelmingly adopted a resolution called in Moscow immediately to halt military operations in Chechnya and to open a political dialogue with the chechens. Two days later, Stanley Fischer of the International Monetary Fund indicated that his organization would not get involved in the issue and would not seek to penalize Moscow for its brutal war in Chechnya. “If Russia meets the [economic] conditions, it gets the money”, Fischer said (Evangelista, 2002, p.148).

Contudo, nenhuma dessas normas se aplicou ao caso checheno, pois a reação do Ocidente foi incipiente para acioná-las contra as ações russas e a falta de punição fez com que a violação dos direitos humanos dos chechenos continuasse. A prova disso é que em 2000, pouco depois de a Europa ter começado a se colocar contra a Rússia, despertando a preocupação de Vladimir Putin, a Secretária de Estado norte-americana, Madeleine Albright, classificou o presidente russo como um dos líderes da reforma democrática em seu país (RFE/RL, 2000b), ecoando a retórica de que a conduta desse era totalmente diferente da de seu antecessor Yeltsin.

A medida mais energética de cerceamento para os russos devido às ações veio mesmo por parte da UE, que logo voltou a apoiar a Rússia. Durante sessão do Parlamento Europeu (PACE), os membros da UE suspenderam os direitos de voto da delegação russa e convocaram todos da instituição a excluir o país da Assembléia, caso esse não aceitasse certas condições. Isso incluía iniciar um diálogo político com os chechenos sem condições ou restrições, incluindo as autoridades eleitas, procurando se chegar a um acordo sobre o cessar-fogo permitindo investigações independentes sobre violação de direitos humanos, garantindo acesso a todos os detidos da região a uma assistência legal independente.

Para tanto, os membros do parlamento sugeriram a formação de uma comissão em conjunto do PACE e da Duma para se solucionar a questão. Embora tenha conseguido ser eficiente em obter informações sobre o conflito, o PACE não foi eficaz em influenciar as políticas russas para a situação. Sendo assim, no final de janeiro de 2001 a delegação russa conseguiu restaurar seu lugar na Assembléia, não obstante, o conflito continuasse no mesmo *modus operandi*.

For the most part, Moscow’s excused framed the Chechen conflict as a war against terrorism. This characterization was not merely a response to the events of

September 11, 2001, for it was prominent in the first chechen war as well. Indeed, Western governments have evinced greatest sympathy for the russian side when it alluded to the war in this fashion. A group of Chechnya guerrillas, led by Salman Raduev, after failing in their assault on a Russian helicopter base at Kizliar, rounded up hundreds of hostages and threatened to kill them if they were not allowed safe passage to Chechnya. William Perry, then U.S. secretary of defense, expressed support for Russia's response – without, of course, knowing in advance what it would entail. “We reject the right of any group to take hostages as a means of implementing their policies”. He said. “So therefore we believe the Russian government is entirely correct in resisting this hostage-taking effort and resisting it very strongly⁹⁴” (Evangelista, 2002, p.151).

Com a volta do apoio europeu, Putin transferiu em janeiro de 2001 o controle da operação na Chechênia das Forças Armadas para o Serviço de Segurança Federal (FSB). O papel desse seria garantir que os processos contra os militares ocorressem de maneira transparente e de que um representante do promotor estivesse sempre presente nas operações. Só que para alguns analistas, a situação só piorou sob os auspícios do FSB, pois raramente havia promotores disponíveis e em todos os eventos e esses eram incapazes de influenciar o comportamento dos militares⁹⁵.

Em vários momentos, os interventores civis eram impedidos de fiscalizar os soldados, sendo trancados dentro de seus escritórios. Quando os civis iam até os “promotores” para apresentar suas acusações, o exército respondia os intimidando. As forças militares iam até a casa dos civis para se certificar se esses não queriam retirar suas acusações. O período compreendido entre abril e agosto de 2001, quando o Kremlin incentivou a captura de militares russos responsáveis pelo assassinato de civis e estupros de mulheres na Chechênia, no qual os civis que não se intimidavam com as batidas militares desapareciam, ficou conhecido como *zachistki*. Nessa operação militar, todo o homem checheno entre 15 e 35 anos era tratado como suspeito de participar da guerrilha, sem nenhum direito de defesa e sem poder exercer nenhum direito político. O silêncio da comunidade política garantiu a continuação dessa classificação e a continuação da exclusão foi garantida pelas boas relações russas com a comunidade internacional, restauradas no início de 2001.

⁹⁴ Weiner, Tim (1996) “U.S.officials Muffle Criticism of Russian Attack”, New York Times, 18 de Janeiro de 1996. retirado de Evangelista, 2002: 151.

⁹⁵ Fonte: RFE/RL, 01/04/2005 a 30/04/2005.

O fato que chama a atenção é que mediante o retorno do apoio da comunidade internacional, os russos continuaram falhando intencionalmente em cumprir suas obrigações internacionais para processar os envolvidos na segunda guerra chechena, tal qual a Convenção de Genebra exigia. Pela Convenção, esse governo responsável por vários crimes de guerra deveria punir efetivamente os envolvidos nos infrações previstas com a responsabilidade pela investigação dos atos criminosos. Entretanto, como a organização Human Rights Watch reporta:

Russia has refused to establish a national commission to investigate charges of serious abuses by Russian troops against Chechen civilians and has directly flouted the resolutions of the United Nations Commission on Human Rights, including by refusing to allow U.N. monitors access to Chechnya⁹⁶ (Human Rights Watch, 2002).

Os russos usaram as próprias ações dos Estados ocidentais para desmoralizar o fato de haver normas que governavam o ataque sobre cidades, tal como foi a primeira incursão americana no Golfo Pérsico e a forma como os EUA haviam atingido o Iraque. Mesmo diante de depoimentos públicos, como o do general aposentado, Gennadii Troshev, que comandou as tropas chechenas nos vinte primeiros meses da segunda guerra, que disse: “Here’s what I would do: collect them all on the square, string the bandits up and let them hang, and let everyone see them. The word bandit’s too good for them. They’re scum”⁹⁷(RFE/RL, 2003), a comunidade internacional nada fez a respeito da atuação militar russa.

No mesmo ano de 2001, entre 15 e 16 de maio, o Secretário-Geral da ONU, Kofi Annan, visitou a Rússia para falar da participação da Rússia em questões internacionais como a intervenção nos Bálcãs, a questão do Iraque e do Oriente Médio. Questões de segurança sempre foram conversadas com a Rússia desde que isso era feito sob na forma do sujeito político da URSS, pois o país é um dos cinco membros do Conselho de Segurança, tendo portanto poder de veto. No encontro, Putin, sem nem mesmo tocar no assunto do impedimento dos observadores da organização de ingressar em território checheno, o que ocorreu no início de 2001,

⁹⁶ Human Rights Watch, “Spain: Don’t Ignore Russian Abuses in Chechnya”, 2 de abril de 2002.

⁹⁷ Traynor, “Russia prepares to drive more blood in Chechnya” p 181-182.

disse que a Rússia havia finalmente aderido aos princípios fundacionais das Nações Unidas e que gostaria de ver a organização fortalecida (ONU, 2001)⁹⁸.

Annan parece ter retribuído a colocação russa quando agradeceu ao presidente pela participação nas intervenções do Kosovo e na garantia da estabilidade nos Bálcãs e também pelo envio de tropas a missão de manutenção da paz em Serra Leoa. Ao relacionar esses fatos com o que Ted Hopf coloca como as características da identidade LE em operação na Rússia, pode se concluir que realmente a idéia de incorporação das normas da soberania como uma prática discursiva que muda ao longo do tempo, aplica-se à atuação russa nesse período (Hopf, 2002). Nesse caso, a participação em intervenções e em operações de construção e manutenção da paz se destaca como chave do que signifique a dupla leitura desse conceito no início dos anos 90.

A Rússia como possuidora de uma identidade única e, ao mesmo tempo, que compartilha das normas do internacional precisava incorporar e receber essas normas, não deixando que o conflito checheno abrisse precedentes para a ação no limite interno de suas fronteiras. A maneira que a identidade corporativa encontrou para se incluir na comunidade política foi compartilhar e atuar de acordo com o que essas normas representavam, para que tais não pudessem ser usadas contra a própria incorporação e a imagem que buscavam consolidar internamente. Como explicitado no capítulo 3, a leitura que se faz do *Outro interior* a partir das leituras que o *Outro exterior* faz de seus *Outros* baseado no que significa ser Estado em uma determinada contingência desencadeia ações relativas ao meio que se quer utilizar para ser soberano e ter legitimidade interna. Esse movimento exclui todos os aqueles que não pertencem à comunidade política interna pela lógica do que é pertencer à comunidade política internacional. Tal exclusão é apoiada por esses atores externos porque reitera a instituição do Estado como ordem normativa, logo a própria identidade desses atores que se manifestam por meio do Estado. Apenas levando em conta as particularidades de absorção dessas normas em cada Estado e a interação em cada sujeito político, acredita-se que podemos perceber a importância dos que estão fora da comunidade política. Esses por vezes podem gerar ações por parte dos sujeitos políticos, totalmente fora

⁹⁸ Trecho retirado e traduzido do boletim de imprensa da Organização das Nações Unidas de 17 de maio de 2005 por ocasião da visita de Kofi Annan a Moscou entre 15 e 16 de maio.

dos padrões da ordem normativa, mas que servem para preservar a ordem interna que, em longo prazo, é importante para a manutenção da ordem normativa externa vigente.

Analisar o conteúdo de crises e conflitos é sempre enriquecedor do ponto de vista da identidade, pois dessa forma podemos perceber o quanto a alteridade é constitutiva e como a linguagem compartilhada, como é a política externa, contribui para a estabilização dos sujeitos e das formas desse atuar, até mesmo por que funciona como um mecanismo estabilizador da ordem normativa, permitindo que os sentidos da subjetividade do Estado se multipliquem, como é a soberania, e se justifiquem frente ao grupo, como é a violência, como necessária a sobrevivência e ao bem-estar dos membros. Só que esses membros não são organismos que funcionam harmonicamente, e a medida que essa multiplicação e variação de sentido ocorre, novas identidades, por vezes com discursos que retornam ao passado, como é o caso da identidade LE, ascendem e promovem a eliminação da cena política daqueles sujeitos políticos que a ameaçam.

A retórica da alteridade então aparece como a saída para se justificar a objetificação do *Outro interior*. A percepção do que é diversidade no âmbito do discurso e do que não aparece como identidade predominante é justamente o caráter relacional da dialogia, que para nós se aplica à política externa, e faz dessa prática dialógica excludente quando na relação com os semelhantes reitera e reproduz a identidade corporativa em evidência, mostrando-se sujeito próximo ou idêntico ao *Outro exterior*. Para fechar o raciocínio deste capítulo e passarmos ao fechamento do nosso argumento central, nas palavras de Guillaume:

The dominant discourse should henceforth arise as a heuristic tool only if it is put in contrast with counterfactual dominant and non-dominant dialogues. (...) This relationality has to be established by a counterfactual logic that follows a double rationale. Firstly, it establishes a dominant dialogue as a 'logical imperative' within a certain context – imagining what other dialogues would plausibly be and what relevance they would have in a specified situated intersubjectivity and relationality – and, secondly, it recognises this dialogue as a 'historical imperative' according to the context chosen (Guillaume, 2002, p.14).